

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: A
CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM QUESTÃO

ALINE JANAINA MORAIS GONÇALVES

FLORIANÓPOLIS - SC

2014.1

ALINE JANAINA MORAIS GONÇALVES

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: A
CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM QUESTÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Eliete Cibeles Cipriano
Vaz

FLORIANÓPOLIS - SC

2014.1


ÁLINE JANAINA MORAIS GONÇALVES

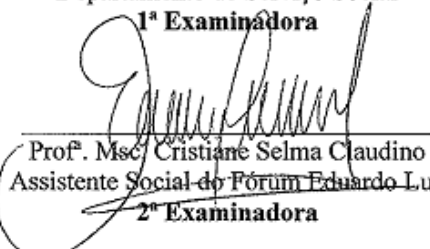
**REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: A
CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM QUESTÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dra. Eliete Cibeles Cipriano Vaz
Departamento de Serviço Social – UFSC
Presidente


Prof.^a. Dra. Vania Maria Manfrói
Departamento de Serviço Social
1^a Examinadora


Prof.^a. Msc. Cristiane Selma Claudino
Assistente Social do Fórum Eduardo Luz
2^a Examinadora

Florianópolis – SC

2014.1

Mas o Senhor disse-me: “Basta-te a minha graça; pois é na fraqueza que a força se realiza plenamente”. Por isso, de bom grado, me gloriarei das minhas fraquezas, para que a força de Cristo habite em mim; e me comprazo nas fraquezas, nos insultos, nas dificuldades, nas perseguições e nas angústias por causa de Cristo. Pois, quando sou fraco, então sou forte.

2 Coríntios 12, 9-10

AGRADECIMENTOS

Acredito que todos ganhamos de Deus o dom mais precioso que temos: a vida. Portanto devemos fazer dela o melhor que pudermos e isso implica em tentar fazer a diferença na vida dos outros, ainda que através das nossas ideias, ideologias e de pequenos gestos. Dessa forma, agradeço a Deus pela possibilidade de concluir essa pequena e importante etapa da vida e por todas as pessoas que o Senhor colocou em meu caminho fazendo com que esse sonho pudesse ser concretizado.

Credito grande parte dessa realização a minha família, meus pais Cristóvão e Eliane, minhas irmãs Suellen e Cristiane e muito especialmente a meu querido marido, Ricardo. Obrigada por sua infinita compreensão, apoio, carinho, auxílio, estímulo e orações; e principalmente por perdoarem minhas ausências nesse período de retraimento. Amo vocês!

Também aos meus avós, tios e tias, primos e primas, impossível citar todos os nomes porque tenho uma família enorme, mas seguem minhas desculpas por minhas ausências e gratidão por sua compreensão e carinho.

Gostaria de demonstrar profunda gratidão pelo carinho recebido dos grandes amigos e colegas que tive a honra de conhecer no decorrer desse curso, carinhosamente lembrando as queridas amigas Joyce, Júlia, Mari e Tati. E especialmente a companheira desse fim de jornada, minha amiga pra vida inteira, Silvana, obrigada por todo carinho e incentivo!

A todos os professores que tive a honra de sugar sucintamente uma pequena parte do seu conhecimento, vocês são demais, obrigada! Gostaria de agradecer também as professoras Cristiane Claudino e Vânia Manfroi, que tão prontamente aceitaram participar da minha banca de TCC.

E principalmente a pessoa que mais contribuiu com esse processo de estudo, minha querida orientadora, professora Eliete, a pessoa que sugeriu essa temática de trabalho que tanto me instiga. Serei eternamente grata por sua disponibilidade, conselhos e incentivo. Você é um exemplo de profissional ética e comprometida com a profissão, e afirmo seguramente que é uma das grandes responsáveis pela paixão que sinto por essa profissão. Foi um grande privilégio contar com sua sabedoria e paciência, sempre regada a bom humor. Muito obrigada, sou uma eterna admiradora sua!

*Ei menino branco o que é que você faz aqui
Subindo o morro pra tentar se divertir
Mas já disse que não tem
E você ainda quer mais
Por que você não me deixa em paz?*

*Desses vinte anos nenhum foi feito pra mim
E agora você quer que eu fique assim igual a você
É mesmo, como vou crescer se nada cresce por aqui?
Quem vai tomar conta dos doentes
Quando tem chacina de adolescentes?
Como é que você se sente?*

*Em vez de luz tem tiroteio no fim do túnel.
Sempre mais do mesmo
Não era isso que você queria ouvir?*

*Ah, bondade sua me explicar com tanta determinação
Exatamente o que eu sinto, como penso e como sou
Eu realmente não sabia que eu pensava assim
E agora você quer um retrato do país
Mas queimaram o filme
E enquanto isso, na enfermaria
Todos os doentes estão cantando sucessos populares.
[...]*

Mais do Mesmo – Renato Russo

GONÇALVES, Aline Janaina Moraes. Redução da Maioridade Penal e Medidas Socioeducativas: A Criança e o Adolescente em Questão. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014, 88 f.

RESUMO

O presente estudo tem como tema a Redução da Maioridade Penal e, como objeto, o adolescente em conflito com a lei. Apresenta como objetivo geral analisar aspectos da relação entre a propagação da violência na sociedade, envolvendo crianças e adolescentes e as propostas de redução da maioridade penal. Para isso, delineou-se como objetivos específicos Apresentar aspectos da realidade violenta imposta às crianças e adolescentes, ao longo da história do Brasil; Identificar as PECs em andamento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, destacando suas principais justificativas para redução da maioridade penal; Confrontar essas justificativas mediante fundamentação em autores que discutem a temática nos ideais do ECA (1990), na perspectiva de crianças e adolescentes como sujeitos em desenvolvimento e de direitos; Apresentar a situação dos adolescentes na atualidade, propiciando o entendimento de superação, ou não, da violência imposta historicamente a segmento vulnerável da sociedade. Para a abordagem desse conteúdo, o trabalho encontra-se organizado em duas seções, sendo que a primeira privilegia a discussão da trajetória político-histórica da infância e adolescência, no Brasil e a segunda seção apresenta análise sobre a redução da maioridade penal e à políticas socioeducativas para adolescentes, no Brasil. Para o desenvolvimento da temática, adotou-se pesquisa bibliográfica, destacando-se como fundamentais autores como Faleiros (1995), Souza (2010), Passetti (1991), Soares (2004), Waiselfisz (2012;2013), Segalin (2008) e Moreira (2013).

Palavras-chave: Redução da Maioridade Penal. Adolescente em Conflito com a Lei. Estatuto da Criança e do Adolescente.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Apresentação sintética e geral das Propostas de Emendas Constitucionais apresentadas no Congresso Nacional de 1993 a 2013.....	36
Quadro 2. Demonstrativo ideal das atribuições dos órgãos e esferas do Poder Público com referência às medidas socioeducativas.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número e % de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violências segundo local de ocorrência e faixa etária das vítimas. Brasil. 2011.....	52
Tabela 2. Número e % de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) segundo reincidência e faixa etária das vítimas. Brasil. 2011.....	52
Tabela 3. Estrutura da Mortalidade: Número e Taxas de Óbito (100mil) segundo Causa. População Total. Brasil, 1980/2011.....	53
Tabela 4. Estrutura da Mortalidade: Número de Óbitos segundo Causa. População Jovem e Não Jovem. Brasil, 1980/2011.....	54
Tabela 5. Estrutura da Mortalidade: Participação (%) das diversas Causas por UF e Região. População Jovem e Não Jovem. Brasil, 1980/2011.....	56
Tabela 6. Número e Taxa de Homicídios (por 100mil) nos 12 países mais populosos do mundo.....	60
Tabela 7. Evolução do número de homicídios, da participação e da vitimização por raça/cor das vítimas na população total. Brasil, 2002/2010.....	62
Tabela 8. Número de adolescentes no Sistema Socioeducativo – por modalidade de atendimento, capacidade.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Participação % das causas de mortalidade. População Jovem e Não Jovem. Brasil. 2011.....	57
Gráfico 2. Evolução das Taxas de Óbito (em 100 mil) de Crianças e Adolescentes (<1 a 19 anos de idade) segundo Causa. Brasil, 1980/2010.....	58
Gráfico 3. Evolução das Taxas de Óbito (em 100 mil) de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos de idade) por causas externas. Brasil, 1980/2010.....	59
Gráfico 4. Evolução das taxas de homicídio (em 100 mil) de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por idades simples. Brasil, 2000-2010.....	60
Gráfico 5. Participação % de brancos e negros no total de homicídios do país e índice (%) de vitimização negra. Brasil, 2002/2011.....	62

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASA – Ação Social Arquidiocesana

CAPs – Caixas de Aposentadoria e Pensões

CCJC – Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

DNCr – Departamento Nacional da Criança

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual de Bem Estar do Menor

FUNABEN – Fundação Nacional de Bem Estar do Menor

IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILANUD – Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

LOPS – Lei Orgânica de Previdência Social

MSE – Medida Socioeducativa

ONGs – Organizações não governamentais

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

SAM – Serviço Nacional de Assistência a Menores

SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SIM – Subsistema de Informação sobre Mortalidade

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A TRAJETÓRIA POLÍTICO-HISTÓRICA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL	
1.1 – Breve Histórico da Conjuntura do País	16
1.1.1 – Período da República Velha	16
1.1.2 – Era Vargas	22
1.1.3 – Era Democrático-Populista	24
1.1.4 – Período de Ditadura Militar	26
1.1.5 – Período de Redemocratização do País	29
1.2 – O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Redução da Maioridade Penal.....	32
2. A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E A POLÍTICAS SOCIOEDUCATIVAS PARA ADOLESCENTES NO BRASIL	
2.1 – Propostas de Emenda Constitucional de Redução da Maioridade Penal....	35
2.2 – A violência na sociedade: adolescentes vítimas ou culpados.....	50
2.3 – A responsabilização das famílias e suas relações com a Proteção Social.....	67
2.4 – Medidas socioeducativas e Serviço Social.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

O presente trabalho coloca em pauta a discussão sobre a redução da maioridade penal, presente na agenda pública desde 1993 pelo trâmite das Propostas de Emenda Constitucionais (PEC), no Senado Federal e Congresso Nacional, como forma de enfrentamento às situações de violência do cotidiano da sociedade brasileira.

O adolescente em conflito com a lei tem sido considerado uma verdadeira “encarnação do mal”, numa lógica muito distinta da proposta do ECA (1990), que representa um avanço, na medida em que consiste na primeira legislação a reconhecê-los como sujeitos de direitos.

Sendo delineado o objeto, foram definidos os seguintes objetivos:

Geral: Analisar aspectos da relação entre a propagação da violência na sociedade, envolvendo crianças e adolescentes e as propostas de redução da maioridade penal.

Específicos:

- a) Apresentar aspectos da realidade violenta imposta às crianças e adolescentes ao longo da história do Brasil;
- b) Identificar as PECs em andamento na Câmara dos deputados e no Senado Federal, destacando suas principais justificativas para redução da maioridade penal;
- c) Confrontar essas justificativas mediante fundamentação em autores que discutem a temática nos ideais do ECA (1990), na perspectiva de crianças e adolescentes como sujeitos em desenvolvimento e de direitos;
- d) Apresentar a situação dos adolescentes na atualidade, propiciando o entendimento de superação, ou não, da violência imposta historicamente a este segmento vulnerável da sociedade.

Dados disponibilizados pelo UNICEF¹ apontam que o Brasil possui uma população de 190 milhões de pessoas, dos quais 60 milhões têm menos de 18 anos de idade. 29% da população vive em famílias pobres, e, entre crianças, esse número chega a 45,6%. Os referidos dados, ainda indicam que as crianças negras têm quase 70% mais chance de viver na pobreza do que as brancas; o mesmo pode ser observado com crianças que vivem em áreas rurais. Na região do Semiárido, onde vivem 13 milhões de crianças, mais de 70% delas, incluindo os adolescentes são classificados como pobres. As crianças pobres têm mais do que o dobro de chance de morrer, em comparação às ricas, e as negras, 50% a mais, em relação às brancas.

¹ Disponível em <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>

O levantamento ainda apresenta que aproximadamente uma em cada quatro crianças de 4 a 6 anos estão fora da escola. 64% das crianças pobres não vão à escola durante a primeira infância e cerca de 60 mil crianças com menos de 1 ano são desnutridas. Com 98% das crianças de 7 a 14 anos na escola, o Brasil ainda tem 535 mil crianças nessa idade fora da escola, das quais 330 mil são negras. Nas regiões mais empobrecidas, como o Norte e o Nordeste, somente 40% das crianças terminam a educação fundamental. Nas regiões mais desenvolvidas, como o Sul e o Sudeste, essa proporção é de 70%.

O Brasil tem 21 milhões de adolescentes com idade entre 12 e 17 anos. De cada 100 estudantes que entram no ensino fundamental, apenas 59 terminam o 8º ano e apenas 40, o ensino médio. A evasão escolar e a falta às aulas ocorrem por diferentes razões, incluindo violência e gravidez na adolescência. O país registra anualmente o nascimento de 300 mil crianças que são filhos de mães adolescentes.

As crianças e os adolescentes são especialmente afetados pela violência. A cada dia, 129 casos de violência psicológica e física, incluindo a sexual, e negligência contra crianças e adolescentes são reportados, em média, ao Disque Denúncia 100. Isso quer dizer que, a cada hora, cinco casos de violência contra meninas e meninos são registrados no País. Esse quadro pode ser ainda mais grave se levarmos em consideração que muitos desses crimes nunca chegam a ser denunciados.

Ainda segundo o UNICEF, o país tem ainda o desafio de superar o uso excessivo de medidas de abrigo e de privação de liberdade para adolescentes em conflito com a lei. Em ambos os casos, cerca de dois terços dos internos são negros. Cerca de 30 mil adolescentes recebem medidas de privação de liberdade a cada ano, apesar de apenas 30% terem sido condenados por crimes violentos, para os quais a penalidade é amparada na lei.

Diante dessa alarmante situação que atinge grande parte de crianças e adolescentes brasileiros e que desafia a todos, Estado e sociedade civil, para a urgência da implementação, execução e controle de políticas de proteção a crianças e adolescentes, a autora do presente trabalho sentiu-se impelida a debruçar, mais acuradamente, sobre essas questões, especialmente, no que tange à tríade violência, criança e adolescente, dispondo-se ao estudo que ora se apresenta.

Adotou-se como pesquisa bibliográfica “fontes secundárias, ou seja, livros e outros documentos bibliográficos” e a pesquisa documental “baseia-se em documentos primários, originais”, como a Constituição de 1988, o ECA (1990), as PECs, entre outros (ANDRADE, 2001, p. 125). Para melhor compreensão das relações entre o objeto da pesquisa e suas inserções na realidade, considerando a gama de contradições nela existentes, adotou-se a

perspectiva crítico-dialética. Para a abordagem do conteúdo, o trabalho foi organizado em duas seções.

A primeira seção desse estudo os apontamentos sobre os principais acontecimentos históricos acerca da infância e juventude, pautados no contexto histórico de inserção, desde a República Velha até o fim da ditadura militar e retorno da democracia no Brasil, por volta dos anos 1986, com ênfase para construção da Constituição de 1988, prevendo a construção da primeira legislação de proteção integral a crianças e adolescentes, o Estatuto de 1990.

Apontamentos concernentes a construção do ECA (1990), e avanços propiciados por essa legislação, destacando o avanço que esta representa na busca por garantias de efetivação de direitos para esse grupo de risco, negligenciado por décadas e que finalmente conquista o direito de proteção integral, na busca por assegurar suas necessidades básicas, como direito a liberdade, convivência familiar e comunitária, educação, lazer, habitação, cultura, enfim, o direito de ser criança.

Infelizmente, esse avanço na proteção integral conquistado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, alcança quase 24 anos após sua construção sem ter sido de fato efetivado, sendo ameaçado, por ideias pouco fundamentadas, de busca por uma redução da maioridade penal. Segundo Segalin (2008) e Moreira (2013), o sensacionalismo da mídia intensifica eventuais infrações graves cometidas por adolescentes, trazendo à tona a discussão da redução da maioridade penal como solução para a violência urbana, através do retrocesso e da violação dos direitos dos adolescentes, já que o ECA (1990) ainda não conseguiu romper com os ideais punitivos do Código de Menores de 1979.

Dessa forma, a segunda seção desse estudo inicia com o levantamento de 30 (trinta) Propostas de Emendas Constitucionais, elaboradas por legisladores da Câmara e do Senado, no período de 1993 a 2013, seguida da descrição de seus principais apontamentos, que abordam a redução da maioridade penal como meio de contenção da violência e criminalidade.

No entanto, segundo os Mapas da Violência de 2012 e 2013, de Waiselfisz, as crianças e adolescentes continuam sendo vitimizadas pela violência da sociedade, partindo do lar e alcançando a rua com a passagem da infância para a adolescência, levando novamente ao questionamento da efetivação do Estatuto de Proteção Integral (1990). Com base em seu levantamento de dados, expressos em tabelas e gráficos, é possível compreender a realidade de inserção desses adolescentes para construir, a partir de então, políticas de prevenção à violência.

Soares (2004) traz apontamentos muito relevantes para o entendimento do contexto da juventude, atentando para o genocídio de jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos, que vem ocorrendo no país. Destaca ainda o desemprego, a degradação da autoestima e a falta de acesso à educação e lazer, como fatores que expõe crianças e adolescentes à situação de violência e criminalidade, propondo uma maior aproximação com esses adolescentes para propiciar a compreensão dos fatores que os submetem a condição de conflito com a lei.

É o que propõe o Guia do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (2006) e o Guia teórico e prático de medidas Socioeducativas (2004), que apresentam os propósitos das medidas socioeducativas e propõe parâmetros de regulamentação dessas medidas, para que cumpram seu objetivo de diminuir a vulnerabilidade do adolescente em conflito com a lei, evitando novas práticas de atos infracionais e atribuindo responsabilidades legítimas aos órgãos e esferas do Poder Público, e para que essas medidas não limitem o exercício dos direitos, mas ao contrário, constituam uma porta de acesso à sua garantia.

Portanto este estudo apresenta de maneira otimista, o Plano Nacional do SINASE (2013), que se verdadeiramente regulamentado, representará ao fim dos três períodos que propõe, de acordo com sua própria proposta a criação de “oportunidades de construção de projetos de autonomia e emancipação cidadã”, resguardando os direitos das crianças e adolescentes.

A escolha dessa temática se justifica pela ideologia profissional do Serviço Social de busca por efetivação e consolidação dos direitos sociais fundamentais inerentes à condição humana, concomitante à necessidade de abordagem dessa temática complexa e desafiadora que requer a discussão e ampliação de estratégias do Serviço Social diante do projeto ético-político e dos princípios fundamentais do Código de Ética da profissão.

1. A TRAJETÓRIA POLÍTICO-HISTÓRICA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

Crianças e adolescentes no Brasil há muito, vem sendo negligenciados² e desrespeitados. A cultura liberal³ fortemente incorporada à história da população brasileira, afeta de forma brusca e definitiva as gerações de crianças e adolescentes do país. Essa contraditória cultura de responsabilização da família por seus membros e de adequação do sujeito ao meio, se expressa ainda mais fortemente quando aliada a questão de vulnerabilidade social⁴ em que vive a maior parte da população brasileira, expondo crianças e adolescentes à criminalidade e buscando o encarceramento como uma medida de contenção da violência, como destacam as Propostas de Emenda Constitucionais (PEC) sobre a redução da maioridade penal. Desta forma, novamente o país desvia o enfoque da educação, substituindo-o pela repressão e criminalização da pobreza.

1.1– Breve Histórico da Conjuntura do País

1.1.1 – Período da República Velha

A República Velha, instituída em 15 de novembro de 1889 pelo Marechal Deodoro da Fonseca, teve como marco a substituição da mão de obra dos escravos por migrantes europeus, devido à abolição da escravidão em 1888. A Lei Abolicionista não foi eficaz, já que os migrantes eram fortemente explorados através do trabalho árduo, baixa remuneração e dos “barracões”, gerenciados pelos coronéis que, conforme Faleiros (1995, p. 53) “endividava os trabalhadores livres, mantendo-os na escravidão da dívida”. A abolição dos escravos estimulou a migração para as cidades onde se inicia um forte crescimento industrial. A ideologia liberal pregava a não intervenção do Estado na área social. Desta forma, as políticas sociais, eram privadas ou a cargo da igreja na perspectiva da caridade. Um exemplo da organização da sociedade e da igreja concerne no movimento de defesa das creches, que

² “A negligência psicológica, definida por omissões dos adultos em relação à supervisão na organização da vida diária e actividade escolar da criança. A negligência física engloba a falta de supervisão em relação à segurança e falta de provisão em relação às necessidades de desenvolvimento físico da criança relacionadas com a aparência e bem-estar, higiene, alimentação e saúde.” (CALHEIROS; MONTEIRO, 2000, p.163)

³ Segundo Montañó (2012), o liberalismo pensa o pauperismo como mendicância e como crime, tratando assim dela com repressão e reclusão, ou seja, a pobreza como caso de polícia.

⁴ “Situações de vulnerabilidade social, as quais analisamos sob os aspectos da ausência das condições básicas de vida, o que pode contribuir para que as adolescentes sejam cooptados pela criminalidade e pelo tráfico de drogas.” (SARTÓRIO; ROSA, 2010, p. 560)

possibilitassem o trabalho das mães sem a necessidade do abandono dos filhos, novamente, numa ótica de caridade.

A instauração da **medicina** social no país, segundo, Costa (2004, p. 28) teve início após a renúncia de Dom Pedro I, mediante a fragilidade política governo colonial, que estabelece a medicina higiênica no intento de levar “os indivíduos a compactuarem com a ordem estatal sem o risco da insurreição armada”. Afirma ainda que “a medicina que, desde o início do século XIX, lutava contra a tutela jurídico-administrativa herdada da Colônia, deu um largo passo em direção à sua independência, aliando-se ao novo sistema contra a antiga ordem colonial” – progresso instituído através da noção de salubridade, na perspectiva da higiene de interesse da corporação médica e objetivos da elite agrária. O autor ainda atenta para os surtos epidêmicos que dizimavam a população por conta do “caos sanitário”, que sofre mudanças significativas com a chegada da família real, acompanhada de diplomatas, comerciantes estrangeiros e famílias rurais, que impuseram pressão popular, resultando assim, em maior solicitação da medicina, que atua com técnicas de higienização da população; desta forma a “saúde da população inscrevia-se na política de Estado” (COSTA, 2004, p. 30).

Não obstante, Costa (2004, p. 30) afirma que “o Estado brasileiro sempre encontrou na família um dos mais fortes obstáculos à sua consolidação”, portanto, a atuação higiênica da medicina se alia ao Estado por intermédio de técnicas de persuasão da família aos interesses do Estado. Desta forma, a medicina social vem se instaurando a família ao longo do tempo “procurando modificar conduta física, intelectual, moral, sexual e social dos seus membros com vistas à sua adaptação ao sistema econômico e político” (COSTA, 2004, p. 33). Cabendo ressaltar que estas medidas não incluíam os “escravos, mendigos, loucos, vagabundos, ciganos, capoeiras, etc., servirão de anti-norma, de casos-limite de infração higiênica. [...] A camada dos «sem família» vai continuar entregue à polícia, ao recrutamento militar ou aos espaços de segregação higienizados como prisões e asilos”.

No que concerne à **educação**, os escravos e filhos de escravos eram proibidos de frequentar as escolas. A rede pública, com poucas vagas, oferecia o melhor ensino, consequentemente disputado pela classe trabalhadora e burguesia.

Ainda segundo Faleiros, o que caracteriza a **política para a infância** são a omissão, a repressão e o paternalismo, decorrentes da visão liberal, e da correlação de forças com hegemonia do bloco oligárquico (FALEIROS, 1995, p. 54). Contexto exímio de profunda miséria da classe trabalhadora que traz como consequência grave o início do trabalho precoce das crianças (antes dos 10 anos) na indústria, venda de doces na rua, entre outros trabalhos. Momento este de forte criminalização da pobreza e de incentivo ao trabalho precoce. O

Estado atua nesta problemática com apoio da polícia, punindo os “vagabundos” que estejam em situação de rua e encaminhando ao Juiz de Órfãos, e na falta de pais ou responsáveis estes eram encaminhados aos asilos.

As críticas aos asilos eram feitas de forma contundente enquanto ‘lugar de enfurnamento’ das crianças, sem instrução, sem higiene, sem luz, pessimamente alimentadas e as ruas eram vistas como ‘meios peçonhentos’ com crianças seminuas, isoladas ou em maltas, dormindo na rua. Os desvalidos eram desvalorizados. A formação das meninas nos asilos era voltada para o trabalho doméstico como assinala Irma Rizzini: ‘estas (as meninas) continuaram a ser enclausuradas em instituições regidas por religiosas, onde recebiam educação doméstica com o fim de se tornarem boas esposas, domésticas ou até religiosas’ (FALEIROS, 1995, p. 58)

Faleiros (1995, p. 56) ainda atenta para o índice de 36,4% e mortalidade infantil de crianças até 5 anos de idade, sendo a mortinatalidade de 7,7%. Aos adolescentes, então chamados menores, que praticassem crimes, cabia o encaminhamento as Casas de Detenção, onde permaneciam presos juntamente com os adultos.

A palavra menor, segundo Londoño (1991), tornou-se frequentemente utilizada no vocabulário jurídico brasileiro no final do século XIX e começo do século XX, e, a partir de 1920 passou a indicar a criança em situação de abandono e marginalidade.

No final do século XIX, olhando para seu próprio país, os juristas brasileiros descobrem o “menor” nas crianças e adolescentes pobres das cidades, que por não estarem sob a autoridade dos seus pais e tutores são chamados pelos juristas de abandonadas. Eram, pois, menores abandonados as crianças que povoavam as ruas do centro das cidades, os mercados, as praças e que por incorrer em delitos freqüentavam o xadrez e a cadeia, neste caso passando a serem chamadas de menores criminosos. (LONDOÑO, 1991, p. 135)

O termo “menor” consistia em diminuto, menor que crianças e adolescentes de famílias abastadas economicamente e menos expostas a situação de vulnerabilidade social. Londoño (1991) afirma que por volta de 1895 já havia o entendimento expresso nos discursos dos juristas e especialistas atentando para a falta de educação intelectual e afetiva como um agravante dos “perigos” que representavam os menores abandonados.

Em 1891, a primeira tentativa de **lei** que estabeleceria a idade mínima para o trabalho infantil e determinaria um número máximo de horas de trabalho para a infância, não foi regulamentada em função de não ser este um interesse da burguesia. A ideologia liberal pregava a caridade como resposta aos problemas sociais numa perspectiva clientelista⁵.

⁵ Clientelismo “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”.

Faleiros (1995, p. 57, 58) aponta para a conjuntura da época, três vertentes de interesses, sendo os liberais defensores da liberdade de contrato e não intervenção do Estado, o bloco católico propunha uma legislação que conciliasse patrões e operários e a terceira vertente, dos socialistas que defendiam a ampla intervenção do Estado a favor dos trabalhadores. Ainda afirma que “nesse contexto político adverso à legislação social durante os primeiros 20 anos da República” alguns projetos de lei, de iniciativas pontuais surgem numa articulação entre público e privado sem visar o enfrentamento de problemas como a mortalidade infantil, a violência nos asilos e falta de instrumentais jurídicos de proteção à infância. A partir de iniciativas e pressão dos higienistas, advogados, moralistas e religiosos, foram-se construindo uma articulação entre público e privado, expressa através do *Ofício Geral de Assistência*, de forma sistemática, clientelista e temporária, por esquemas de subvenções de ajuda ao setor privado (FALEIROS, 1995, p. 58). Dentre os atores na atuação em torno de políticas para infância, destacam-se segundo Faleiros (1995, p. 59), os “higienistas e juristas, encaminhando estratégias de controle da raça e da ordem, combinadas, não raro, com a interação do setor estatal e do setor privado”. Também por influência dos higienistas é criada de uma *Seção de Higiene Infantil* dentro do *Departamento Nacional de Saúde Pública*, e por influência dos juristas, é criado *Juizado de Menores*, na defesa de instituições especiais de correção, com uma legislação especial e tribunais para menores, que concretiza uma maior presença do Estado na questão da criança e do adolescente⁶ (FALEIROS, 1995, p. 59).

Na perspectiva de controle da raça e manutenção da ordem é criada, em 1903 a *Escola Correcional* 15 de novembro, no intento de educar para o trabalho, com ênfase no trabalho doméstico, numa lógica definida por Faleiros como “integrar pelo trabalho ou dominar pela repressão” (1995, p. 60). O autor ainda afirma que:

O Estado combina na sua intervenção na área da infância, a legitimação das figuras que aparecem como doadores graças a assistência com repressão à desordem. A repressão tem o apoio do chefe de polícia do Rio, que também ajuda a fundar asilos em 1908. O Código Penal, por sua vez, artigo 30, considera inimputáveis os menores até 9 anos, usando o critério do discernimento, e os de 9 a 14 anos para crimes e não para contravenções. (FALEIROS, 1995, p. 60)

(CARVALHO, José Murilo; 1998. p.134 *apud* <http://www.cresspr.org.br/site/cultura-politica-e-assistencia-social-a-superacao-da-pratica-clientelista-como-desafio-para-a-consolidacao-de-direitos-sociais-e-politicos/>).

⁶ Faleiros (1995, p.59) traz apontamentos do Congresso Panamericano Del Niño de Buenos Aires, em 1916, apontando para a defesa da importância de uma criança robusta e forte e o controle do aleitamento materno, onde médicos e advogados são articuladores de instituições e reformas implantadas na conjuntura de 1920 a 1926, principalmente no governo de Arthur Bernardes.

Novamente numa articulação entre público e privado, juristas, advogados e desembargadores, fundam, em 1908, o Patronato de Menores, para acolhimento de “menores em abandono”, totalizando seis estabelecimentos, sendo quatro destes, dirigidos por religiosos. (FALEIROS, 1995, p. 60)

A conjuntura de guerra e pós-guerra (1914 a 1918), além da crise econômica dos anos 1912 favorece um clima de “efervescência social” (FALEIROS, 1995, p. 61). E ainda segundo o autor, a eclosão do movimento tenentista, avanço da Coluna Prestes, surgimento do Partido Comunista em 1922 e o Partido Democrático de São Paulo em 1926 são exemplos desse ideal de busca por mudanças societárias. Apontando ainda que o “Tratado de Versailles põe na agenda do mundo a questão das relações entre capital e trabalho mediante a proposta de legislação trabalhista”.

As reivindicações da classe trabalhadora, num primeiro momento, geram repressão por parte do Estado que, conseqüentemente, para proteger os interesses da classe dominante, introduz pequenas reformas na **legislação** social, como a Lei de Acidentes de Trabalho de 1919 e projetos de uma Caixa de Previdência Social para os ferroviários, afim de “acalmar os ânimos” dos trabalhadores. (FALEIROS, 1995, p. 61)

Neste período a mão-de-obra **adolescente** era fortemente utilizada na indústria e representava um complemento na renda familiar, visto que apesar do tempo da jornada de trabalho equiparar em relação aos adultos, estes obtinham menores salários. Somente em 1920 se realizou o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância que tornou sistemática a agenda de proteção social, evidenciada em 1921, na Lei Orçamentária 4.242⁷ e no decreto presidencial 16.272 de 1923 aprova o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes, mas o Código de Menores só é promulgado em forma de Decreto, 17.934-A⁸, em 12 de outubro de 1927.

- **Código de Menores de 1927**

⁷ Segundo Faleiros (1995, p. 62) esta Lei Orçamentária “combina estratégias de assistência e repressão, e autoriza o governo a organizar um serviço de proteção aos menores abandonados e delinquentes, encarregando-se o professor, ex-deputado e juiz, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos de consolidar as leis de assistência e proteção a menores”.

⁸ Faleiros (1995, p. 62) aponta que “ao lado da ideia de proteção da criança está presente a da proteção da sociedade, ‘defesa social’”, e encerra com o questionamento “a quem se quer, efetivamente, proteger?”.

Em 12 de outubro de 1927 é promulgado o Código de Menores em forma de decreto, assinado pelo então presidente, Washington Luís. Este decreto estabelece a proteção legal até os 18 anos e representa a inserção da criança na esfera do direito e na tutela do Estado.

Segundo Faleiros (1995, p. 63):

O Código de 1927 incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo como a visão jurídica repressiva e moralista. Prevê a vigilância da saúde da criança, dos lactantes, das nutrízes, e estabelece a inspeção médica da higiene. No sentido de intervir no abandono físico e moral das crianças, o pátrio poder pode ser suspenso ou perdido por faltas dos pais. Os abandonados têm a possibilidade (não o direito formal) de guarda, de serem entregues sob a forma de “soldada”, de vigilância e educação, determinadas por parte das autoridades, que velarão também por sua moral. O encaminhamento pode ser feito à família, as instituições públicas ou particulares que poderão receber a delegação do pátrio poder. A família é, ainda que parcialmente, valorizada.

A inimizabilidade penal fica estabelecida até os 13 anos. Dos 14 aos 18 permanecia a repreensão e internação por alegação de vadiagem, através de um processo especial sem submissão a processo penal. A instituição da liberdade assistida, a proibição do trabalho aos menores de 12 anos e menores de 14 sem instrução primária, bem como, o trabalho noturno ou considerado perigoso proibido aos menores de 18 anos, são outros avanços alcançados com o Código de 1927.

Criação do Juízo Privativo dos Menores e Conselho de Assistência e Proteção a Menores, presidido pelo Ministro da Justiça, onde as decisões tomadas pelo Juiz serão baseadas na índole boa ou má da criança e do adolescente demonstra o quão antiga é a relação dos juristas com a questão do adolescente em conflito com a Lei que se estende até a atualidade⁹. “O Jurista e o médico representam as forças hegemônicas no controle da complexa questão social da infância abandonada” (FALEIROS, 1995, p. 63). Este consiste no início de estratégias dos direitos da criança e responsabilização do Estado com a proteção social, aliando estratégias de encaminhamento para o trabalho, clientelismo e patrimonialismo¹⁰. No entanto, ainda segundo o autor “a intervenção do Estado não se realiza como uma forma de universalização de direitos, mas de categorização e de exclusão, sem modificar a estratégia de manutenção da criança no trabalho, sem deixar de lado a articulação

⁹ Ver documentário Juízo, que expressa a relação conflitante dos direitos do adolescente definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e sua efetivação no Sistema Judiciário brasileiro. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3LtzzwxKBiw>

¹⁰ Ferreira (2001, p. 22;28) se apoia em concepções de Max weber quando define que o “patrimonialismo patriarcal é a dominação das massas por um indivíduo que precisa de ‘funcionários, como órgão da dominação’”. [...] “A administração patrimonial cuida especificamente das necessidades, puramente pessoais, do senhor ou de seus ‘filhos’”, e “tem como qualidade importante a continuidade, o patriarca é o líder natural da vida cotidiana”.

com o setor privado e sem combater o clientelismo e o autoritarismo” (FALEIROS, 1995, p. 64).

1.1.2 – Era Vargas

Os anos 1930, denominado como Era Vargas representa uma fase de muitas conquistas de direitos sociais e trabalhistas, mas sem perder de vista os ideais paternalistas e clientelistas já tão conhecidos dos trabalhadores, que Faleiros muito sabiamente descreve como “política corporativista de harmonização de classes sociais”. Ou seja, o regime em questão alia a concessão de direitos como forma de evitar conflitos de classes, atendendo assim os interesses do proletariado e enfraquecendo o movimento de luta trabalhista por busca de efetivas mudanças societárias de igualdade de classes. Período de grande utilização de recursos públicos no favorecimento da indústria aliado ao forte apoio militar. O governo em questão pautou-se na desestruturação dos poderes regionais, fortalecendo a centralização das questões econômicas e sociais.

O contexto de reivindicações populares alterou também o âmbito da **saúde**, abrindo espaço para a saúde pública, com ênfase em campanhas sanitárias, e a medicina previdenciária, com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), voltada às categorias profissionais regulamentadas. Segundo Bravo (2001, p. 3):

A política de saúde formulada nesse período era de caráter nacional, organizada em dois subsetores: o de saúde pública e o de medicina previdenciária. O subsetor de saúde pública será predominante até meados de 60 e centralizou-se na criação de condições sanitárias mínimas para as populações urbanas e, restritamente, para as do campo. O subsetor de medicina previdenciária só virá sobrepujar o de saúde pública a partir de 1966.

As Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) criadas em 1923, financiadas pela União, pelas empresas empregadoras e pelos empregados, voltada aos ferroviários em 1923, os estivadores e os marítimos em 1926, se expande as demais categorias após 1930.

O ano de 1931 foi marcado pela criação do Conselho Nacional de **Educação** na “perspectiva de defesa da nação” e de um ensino religioso como forma de adequar o sujeito ao meio; “integração entre público, privado e religioso” (FALEIROS, 1995, p. 65). Em 1941 é instituído o casamento religioso com efeito civil.

No que concerne à questão da **infância e adolescência**, os industriais conseguem a modificação do Código de Menores em 1932, reduzindo a idade mínima de trabalho de 14

para 13 anos. No mesmo ano foi regulamentada a jornada de trabalho em 8 horas/dia, podendo ser estendida por mais 2 horas mediante maior remuneração. Em 1934, a Constituição determina 14 anos como idade mínima para o trabalho precoce.

Para atender a pressão dos empresários e estabelecer a mão-de-obra barata e qualificada dos adolescentes, é criado em 1942 o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e em 1946 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), garantindo assim, o apoio da indústria e do comércio ao governo vigente.

A Consolidação da **Legislação** Trabalhista, em 1943, alia proibição do trabalho antes dos 14 anos com a liberação do trabalho adolescente sem carteira assinada por até um ano, mediante autorização do Juiz. A inimputabilidade fica estabelecida em 18 anos.

A forte articulação entre público e privado fica claramente evidenciada na Constituição de 1937, através do artigo 129, que aponta: “se não houver possibilidade de educação por falta de recursos em instituições particulares, cabe ao Estado oferecer a educação pública” (Faleiros, 1995, p. 67).

O Governo Federal estabelece um sistema nacional de atenção aos “**menores**” através do Conselho Nacional de Serviço Social em 1938, o Departamento Nacional da Criança em 1940, o Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM) em 1941 e a Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942.

Ao Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, cabe decidir sobre as subvenções às entidades privadas, ou seja, é responsável pela distribuição da verba proveniente da terceirização dos serviços. A Legião Brasileira de Assistência, presidida primeiramente pela esposa do então presidente do país, Getúlio Vargas, e posteriormente mantendo-se a cargo das primeiras-damas em exercício, consistia em uma estratégia assistencialista do governo marcada por caráter caritativo. O SAM, Serviço Nacional de Assistência a Menores tem relação com a lógica predominante de manutenção da ordem social, vinculado ao Ministério da Justiça e ao Juizado de Menores, sua função era orientar e fiscalizar educandários, investigar e ajustar menores; “estratégia de manutenção da ordem e preservação da raça” (FALEIROS, 1995, p. 68). Concomitantemente, cabe ao Juiz definir a personalidade do menor. A criação de uma Delegacia de Menores para a repressão de jovens perambulantes e considerados em atitude suspeita, sem regras, somente pelo entendimento e juízo de valor do agente policial que o abordasse, também representa um marco da política assistencial da época. Faleiros (1995, p. 69) ainda destaca fundamentada em outros autores, a problemática do abandono, já que 59% dos menores atendidos no Juizado de Menores eram considerados abandonados.

O Departamento Nacional da Criança (DNCr) alia cuidados médicos, atendendo as necessidades de remédios e ensinado higiene e trabalho doméstico, ressaltando novamente a não superação do ideal higienista e de preservação da raça.

1.1.3 – Era Democrático-Populista

O Período Democrático-Populista, com destaque ao período de governo presidencial de Juscelino Kubitschek (de 1955 a 1960), sucedido por Jânio Quadros (de janeiro a agosto de 1961) e após sua renúncia, João Goulart (deposto pelos militares em 1964), é marcado por um programa de metas de estímulo a indústria, crescimento de empregos e modernização da economia. Faleiros (1995, p. 71), define o período:

Uma política desenvolvimentista e de massas é a tônica predominante em todo o período, voltando-se mais para uma ação de modernização e internacionalização da economia. A estruturação, não raro conflituosa, de uma política de salário mínimo é o eixo central das relações entre o Estado e os trabalhadores. A legislação sindical tuteladora é mantida pela Constituição de 1946.

Período de 1940 a 1960 registra um crescimento de 287,2% de estabelecimentos industriais de bens de produção, 216,1% implica no crescimento do setor de bens de consumo e o número de trabalhadores da indústria cresce 213,1%, chegando a 1.513.713 trabalhadores em 1960 (FALEIROS, 1995, p. 71).

Ainda como consequência da “efervescência social” do pós-guerra, como forma de conter possíveis conflitos trabalhistas, em 1945 os industriais criam o SESI (Serviço Social da Indústria) que tem entre suas atividades a creche e instrução, limitado aos trabalhadores industriais. Os empresários do comércio criam o SESC (Serviço Social do Comércio) para os empregados de comércio.

Em 1953 ocorre a desvinculação do Ministério da Saúde e Educação. Período em que ocorre a primeira estratégia de preservação da saúde da criança. “Processo político e técnico chamado método de Desenvolvimento e Organização de Comunidade” (FALEIROS, 1995, p. 72), valorizando a criação de Centros de Recreação, conselhos de obras sociais na “ótica da descentralização e do planejamento participativo”. A taxa de mortalidade infantil alcança o índice de 110 por 1000.

Concernente à **saúde**, segundo Bravo (2001, p. 5):

a estrutura de atendimento hospitalar de natureza privada, com fins lucrativos, já estava montada a partir dos anos 50 e apontava na direção da formação das empresas médicas. A corporação médica ligada aos interesses capitalistas do setor era, no momento, a mais organizada e pressionava o financiamento através do Estado, da produção privada, defendendo claramente a privatização. Entretanto, apesar das pressões, a assistência médica previdenciária até 1964, era fornecida basicamente pelos serviços próprios dos Institutos. As formas de compra dos serviços médicos a terceiros aparecem como minoritárias e pouco expressivas no quadro geral da prestação da assistência médica pelos institutos.

As vésperas da eleição de 1960 foi aprovada a reforma da Previdência expressa na aprovação da Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS), por meio da qual se amplia a assistência médica aos trabalhadores, embora precariamente, bem como a assistência alimentar através do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social), (FALEIROS, 1995, p. 72).

Um marco fundamental da **educação** no país é apresentado por Faleiros (1995, p. 75), datado de 1957, onde se constata que 57,4% dos alunos rurais permanecem na escola por menos de um ano e meio. Os analfabetos adultos (entre 15 e 69 anos) são 50,3% em 1950 e 39,5 em 1960.

Há também uma sugestão de plano de assistência ao pré-escolar com estímulo aos Clubes de Mães, visando-se o desenvolvimento e a participação da comunidade. As creches, apesar das normas de funcionamento elaboradas pelo governo, são extremamente precárias. Na prática política combinam-se, assim, critérios higienistas, assistencialistas com outros voltados para um caráter mais/participativo/comunitário/desenvolvimentista, expressando a própria divergência e configuração de forças que se formam no interior do governo. (FALEIROS, 1995, p. 72)

Estratégias de controle e manutenção da ordem continuam vigentes através do Juizado de Menores, pela prática de internação em instituições como forma de solucionar a questão do abandono e miséria do “**menor**”. Estas instituições são em sua maioria, privadas e subsidiadas pelo Estado, que resulta numa relação conflitante na medida em que surgiram comprovações de desvio do dinheiro estatal que deveria ser direcionado ao atendimento dos menores institucionalizados.

A **Constituição** de 1946 indica um salário mínimo familiar, a proibição do trabalho precoce abaixo de 14 anos, assistência médica e sanitária ao trabalhador e gestante, e a Previdência Social, com distinção de arrecadação e benefício de acordo com a profissão, aliado à restrição dos benefícios somente aos trabalhadores contribuintes. Assim como no governo Vargas, prevalece à política de amparo às famílias com prole numerosa.

Faleiros (1995, p. 73/74) afirma que alguns Juízes passam a condenar o SAM como “fábrica de delinquentes, escolas do crime, lugares inadequados” e aponta que até mesmo o Supremo tribunal federal divulgou um parecer onde afirma que “o SAM não tem condições necessárias para garantir a readaptação dos menores” e mais, que “esse estabelecimento tem contribuído para a formação de verdadeiro núcleo de criminosos”. Por conta das críticas ao SAM por parte da imprensa, do Parlamento e da Igreja Católica, representada na instituição Ação Social Arquidiocesana (ASA)¹¹, o governo de Juscelino Kubitschek buscou apoio junto a ASA para elaboração do Conselho Nacional de Menores, mas com a mudança de governo o documento acaba não sendo regulamentado. Somente em 1964, após o Golpe Militar, devido à pressão exercida pela ASA e opinião pública, o SAM é finalmente extinto.

1.1.4 – Período de Ditadura Militar

O golpe militar de 1964, que durou até 1985 teve como características fundamentais a repressão, desmantelamento dos sindicatos, torturas, assassinatos e presos políticos. “Reina a tecnocracia enquanto racionalização e organização da máquina administrativa em função de objetivos e metas fixados de cima para baixo” (FALEIROS, 1995, p. 76). Período este, também, caracterizado por grande crescimento industrial propiciado pela expansão das atividades do Estado, que atua “não só como reprodutor, mas como agente canalizador de recursos financeiros para as empresas”.

Período de grande concentração de renda e exploração da classe trabalhadora através dos baixos salários. Faleiros (1995, p. 81) traz um levantamento que “em 1960 os 20% mais pobres detinham 3,5% da renda e, em 1979, 2,9%, enquanto que os 20% mais ricos passaram de 54% para 62,8%”. Acrescenta ainda que “os 10% situados na escala superior de renda detinham quase a metade da renda em 1979 ou seja 46,8%”. Em 1977, 59% ganhavam até 2 salários mínimos, acarretando em subalimentação e condições habitacionais precárias, e a mortalidade infantil teve um índice de 67,3% em 1974.

Bravo (2001, p. 6) aponta para uma unificação da Previdência Social, com a junção dos IAPs em 1966, que “se deu atendendo a duas características fundamentais: o crescente papel interventivo do Estado na sociedade e o alijamento dos trabalhadores do jogo político,

¹¹ A Ação Social Arquidiocesana - ASA, foi criada em “13 de junho de 1956, por Dom Avelar Brandão Vilela, então Arcebispo de Teresina”, com intuito de criar, incentivar e apoiar projetos sociais, “fazendo com que milhares de pessoas sejam beneficiadas”. Disponível em <http://www.asateresina.org.br/historia.asp>

com sua exclusão na gestão da previdência, ficando-lhes reservado apenas o papel de financiadores”. Portanto,

a medicalização da vida social foi imposta, tanto na **Saúde Pública** quanto na Previdência Social. O setor saúde precisava assumir as características capitalistas, com a incorporação das modificações tecnológicas ocorridas no exterior. A saúde pública teve no período um declínio e a medicina previdenciária cresceu, principalmente após a reestruturação do setor, em 1966.

Faleiros (1995, p. 81) ainda aponta um agravamento na situação **educacional**, demonstrado no índice em 1977 de 26% de crianças entre 10 e 14 anos, fora da escola. Em 1971 o governo tenta uma reforma educacional, proposta na lei 5.692, para introduzir o ensino profissional no 2º grau. “Esta profissionalização não funcionou na prática, mas mostra uma discriminação em relação aos trabalhadores manuais”, já que seu intento era separar os estudantes que poderiam cursar uma universidade dos que encerrariam a carreira escolar no 2º grau, para que estes fossem capazes de exercer “ocupações úteis”.

A situação de miséria estimula o trabalho precoce, e ainda em Faleiros (1995, p. 81), em 1976, 1.835.680 **crianças** menores de 14 anos trabalham no campo, e 697.442 trabalham na área urbana. Em 1976, 51,2% desses “menores” trabalhadores recebem menos de 1 salário mínimo, e 22,7% das pessoas economicamente ativas do país têm menos de 19 anos.

A **Constituição** de 1967 estabelece para 12 anos a idade mínima para o trabalho precoce. As empresas são obrigadas a ministrarem aprendizagem aos trabalhadores, e “as leis garantem ao aprendiz um salário nunca inferior a maior salário mínimo regional na primeira metade da jornada e apenas 2/3 de salário mínimo se faz jornada inteira” (FALEIROS, 1995, p. 82).

Em 01 de novembro de 1964 é aprovado pelo Congresso Nacional o novo órgão substituindo o extinto SAM, denominado Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), órgão este, não subordinado ao Presidente da República e Ministério da Justiça, com vistas a promover a integração de menor na comunidade, prestando assistência através da família, ou quando não houvesse a possibilidade de retorno familiar, através de lares substitutos e institucionalização.

As mudanças introduzidas pelo Regime Militar se estendem a FUNABEM, buscando através desse órgão o controle social¹² e redução de ameaças, através do “discurso uniforme

¹² Controle social como sendo “Estado controla a sociedade em favor dos interesses da classe dominante por meio da implementação de políticas sociais para amenizar os conflitos de classe”. (CORREIA, 2002 *apud* OLIVEIRA, 2011, p.62)

em nome da cientificidade” (FALEIROS, 1995, p. 77); além de promover a articulação entre a FUNABEM e entidades privadas, garantidas na Lei nº. 4513, de 1964. Articulação essa disposta através do repasse de verbas públicas para entidades privadas nos estados de acordo com o número de “menores” atendidos, que eram distinguidos como carenciados e/ou conduta anti-social.

Momento de forte incentivo do ingresso de jovens as Forças Armadas com intento de aprender ordem e disciplina, bem como a crença de migração, urbanização e esfacelamento da família como causa da marginalização. Segundo Faleiros (1995, p. 77):

O sistema, como são denominados tanto a política da infância como o conjunto de mecanismo de repressão, inclusive, o esquema de controle social e político (com o terror e a tortura), deveria estar presente em todas as partes, controlando, vigiando, educando para a integração se processasse de acordo com o plano racional elaborado pelos tecnocratas.

Em 1973 são criadas as Fundações Estaduais de Bem Estar do Menor, para a extensão do controle por toda sociedade. Sendo os prédios da FUNABEM nos padrões de Penitenciárias.

- **Código de Menores de 1979**

Em 10 de outubro de 1979 foi promulgado o novo Código de Menores que “adota expressamente a doutrina da situação irregular”, ou seja, a privação de direitos fundamentais básicos “essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis” (FALEIROS, 1995, p. 81). Este Código adota expressamente a **doutrina da situação irregular**, que reconhece os menores como “sujeitos de direito quando se encontrarem em estado de patologia social, definida legalmente” (FALEIROS, 1995, p. 80). Ainda aponta para a responsabilização das famílias e/ou do próprio menor, “fazendo da vítima um réu e tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial”, sem o reconhecimento da falência das relações sociais impostas pelo regime em exercício, evidenciada pelo agravamento da “Questão Social”¹³ através do maior distanciamento entre ricos e pobres, maior precarização das condições habitacionais, educacionais e agravamento da má distribuição de renda. Faleiros (1995, p. 81) ainda aponta para o índice de 67,3% da mortalidade infantil em 1974 como um demonstrativo do agravamento da desigualdade social.

¹³ Montañó explicita a "questão social" e suas manifestações, como a pobreza, carências, subalternidade cultural etc., e seus verdadeiros fundamentos: a exploração do trabalho pelo capital. “E estes fundamentos permanecem (e permanecerão enquanto a ordem capitalista estiver de pé) inalterados”. (MONTAÑO, 2012, p 281)

A conjuntura expõe os “menores” à inserção no trabalho precoce e com baixa remuneração no comparativo a renda dos adultos da época, com o agravamento proveniente da Constituição de 1967, que reduz para 12 anos a idade mínima para inserção no mercado de trabalho.

Ainda segundo Faleiros (1995, p. 82), que se apoia em um documento da Diretoria de Estudos e Normas Técnicas, de 1979, que afirma sobre a FUNABEM que esta “assume caráter assistencialista”, “sem condições de produzir um processo de reeducação”. O autor ainda conclui que a “política da ditadura para a infância foi um fracasso”. Destacando que o processo de democratização que se inicia a partir de então, supera o “paradigma educativo e de direitos para a criança e o adolescente”.

1.1.5 – Período de Redemocratização do País

Em 1984/1985 a população sai às ruas em mobilização por eleições diretas para Presidente da República, que, devido pressão dos militares, se efetivam, de fato, somente em 1989.

Em 1985 há eleição indireta de um presidente civil, pelo Congresso Nacional, efetuada por meio de articulação de setores oposicionistas com as forças conservadoras através da Aliança Democrática que reúne o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL) que indicam os candidatos Tancredo Neves a Presidente e José Sarney, ex-integrante do partido de sustentação da ditadura, a Vice-Presidente. Com a morte de Tancredo Neves logo após a eleição, assume o governo seu Vice, Sarney. (FALEIROS, 1995, p. 84)

Em 1989, Fernando Collor de Mello vence a eleição para Presidente da República. Marco para o retorno das eleições diretas, das mobilizações sociais e sindicais, o retorno dos perseguidos políticos; o clima de luta por justiça social ainda acentuado que culminou no primeiro *impeachment* da história do país em 1992, do então Presidente Collor, por denúncias de corrupção. Assume em seu lugar, o vice-presidente Itamar Franco. Em 1994 Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente e dá continuidade ao trabalho iniciado no governo Collor, de privatizações de empresas estatais e de redução do Estado, conforme previsto no Consenso de Washington, em 1989, com a proposta americana incorporada pelos países subdesenvolvidos através do neoliberalismo¹⁴.

¹⁴ Segundo Montaña (2012, p. 276), o pensamento neoliberal concebe o pauperismo como um “problema individual-pessoal e, portanto ‘devolve’ à filantropia (individual ou organizacional) a responsabilidade pela intervenção social: surge o debate do ‘terceiro setor’ (cf. Montaña, 2002), da filantropia empresarial (ou

O momento pós-ditadura militar caracterizado por lutas sociais e conquistas da sociedade principalmente no que tange a liberdade abnegada pelo extinto regime, trouxe como principal avanço a Constituição Federal de 1988, que é resultado de uma construção coletiva, de movimentos sociais e partidários, até então extintos. Dentre os avanços promovidos pela Constituição estão à criação do tripé da Seguridade Social, que abrange a **saúde** como um direito de todos e dever do Estado, através dos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Assistência Social, para os dela necessitarem, mais tarde definida na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), e a Previdência Social para os que contribuírem.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 assegura a **educação** como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Bem como prevê entre seus princípios de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, garantia de padrão de qualidade, valorização dos profissionais da educação escolar e piso salarial profissional nacional.

A temática da criança e do adolescente não foi desprivilegiada pela conjuntura de reivindicações por mudanças societárias. Dentre as organizações mobilizadoras da temática destacam-se o “Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua”¹⁵, a Pastoral do Menor¹⁶, entidades de direitos humanos, ONGs, que apresentam emendas para defesa dos direitos da criança e do adolescente.” (Faleiros, 1995, p. 85). Desta forma, através da pressão popular, os direitos da criança e do adolescente ficam expressos nos artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988, e entre suas conquistas estão à inimizabilidade definida em 18 anos e a proibição do trabalho até a idade de 14 anos, exceto na condição de aprendiz.

‘responsabilidade social’), do voluntariado. A autoajuda, a solidariedade local, o benefício, a filantropia substituem o direito constitucional do cidadão de resposta estatal”.

¹⁵ O Projeto Meninos e Meninas de Rua, criado em 1983 por intermédio da iniciativa de um grupo vinculado à Pastoral do Menor, que reunia as igrejas Metodista, Presbiteriana Independente e Católica Romana, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e cuja missão é o de “Contribuir para a construção da cidadania de crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, desenvolvendo ações educativas, mobilizando-os e estimulando-os no processo de novas relações com o mundo”. Disponível em <http://www.pmmr.org.br>

¹⁶ Criada em 1977 a partir da “preocupação pela situação das crianças e adolescentes em situação de risco consistiu em intuições proféticas espalhadas pelo Brasil e é nesse quadro que surge a Pastoral do Menor como força que busca a organização das respostas às necessidades das crianças e adolescentes empobrecidos de forma efetiva”. Disponível em <http://www.pastoraldomenornacional.org>

- **Estatuto da Criança e do Adolescente**

Com a retomada da democracia no Brasil na década de 1980, cria-se um ambiente favorável ao fortalecimento dos movimentos populares, que se intensificaram pelas pressões internacionais, para que os governos assumissem compromissos concretos e objetivos de transformação da realidade de crianças e adolescentes brasileiros. (SOUZA, 2010, p. 67)

Esse processo de redemocratização do país e construção da Constituição de 1988 propiciou uma abertura política de participação coletiva. “A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, válida e congrega o povo como co-participante ativo do poder. Deste modo, a democracia deixa de ser apenas representativa, para tornar-se também participativa” (SOUZA, 2010, p. 70). Ainda com base em Souza (2010, p. 72) foram apresentados três projetos no Senado: O Projeto de Lei do Senado n. 193, de 30 de junho de 1989, de autoria do senador Renan Tito, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto de Lei do Senado n. 255, de 01 de setembro de 1989, que institui o “Código de Menores e dá outras providências”, de autoria do senador Nelson Carneiro; e o Projeto de Lei n. 279 de 18 de setembro de 1989, de autoria do senador Marcio Lacerda, que institui o Código de Menores, com objetivo de dar nova redação aos artigos 32 e 34 da Lei 6.697 de 10 de outubro de 1979 em razão da promulgação da Constituição de 1988.

Souza (2010) aponta que a comissão temporária “Código de Menores” buscou opinião do Ministério Público, Poder Judiciário, associações profissionais, bem como sociólogos, assistentes sociais e pedagogos buscando manifestações frente aos três projetos. Como resultado do primeiro debate constatou-se duas vertentes antagônicas, de defesa ao Projeto n. 193/89 e 255/89.

Em 20 de abril de 1990, foi aprovado o Projeto de Lei do Senado n. 193. A constituída Comissão Temporária, segundo Souza (2010), apresentou 35 emendas ao projeto, as quais tiveram por finalidade acatar e/ou alterar as diretrizes da política de atendimento e comprometer as atividades-fim da lei, suprimindo os dispositivos incoerentes e falhas nas redações.

Em 20 de março de 1990 a Comissão Temporária manifestou-se pela aprovação do projeto, aprovado por unanimidade na comissão, transformando-se em Parecer de n. 48/90, e encaminhado para deliberação do Plenário do Senado Federal (SOUZA, 2010, p. 76). Em 25 de maio de 1990 foi aprovada a redação final e encaminhada à Câmara dos Deputados, onde foram anexados vários projetos de lei que “tratavam da alteração do Código de Menores de 1979, e/ou instituíam nova legislação de proteção à criança e ao adolescente”, que “Institui

Normas Gerais de Proteção à Infância e à Juventude”, de autoria do Deputado Nelson Aguiar, que “foram apensados ao Projeto de Lei 5.172, de 30 de maio de 1990, que instituía a proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente, apresentado pelo Senador Tito na Câmara dos Deputados” (SOUZA, 2010, p. 77).

Uma Comissão Especial com nomeação da Deputada Rita Camata como relatora, foi instituída para analisar o Projeto de Lei que “reconheceu no projeto o caráter de exemplo de legislação, pois teve o mérito de incorporar as discussões prévias com a sociedade, envolvendo 140 entidades, além de diversos profissionais ligados à área da infância e adolescência” (SOUZA, 2010, p. 77).

Portanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 13 de julho de 1990, entra em vigor em 13 de outubro do mesmo ano e concebe as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, resguardando, assim, o direito a liberdade, convivência familiar e comunitária, e “ênfatizando a educação na formação do futuro cidadão” (PASSETTI, 1991, p. 365). Em seu primeiro artigo o Estatuto expressa a doutrina da proteção integral às crianças e adolescentes, e define como criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente, a pessoa de 12 até 18 anos de idade incompletos, para tanto, “abandona-se definitivamente o termo ‘menor’, carregado de preceitos e interdições”. (PASSETTI, 1991, p. 364).

1.2 – O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Redução da Maioridade Penal

Segalin (2008, p. 39) ressalta que:

A Doutrina da Proteção Integral representa o ingresso e reconhecimento das crianças e adolescentes no Estado Democrático de Direito, em igualdade com o cidadão adulto, aplicáveis à sua idade e capacidade, além dos direitos especiais que decorrem, precisamente, da especial condição de pessoas em desenvolvimento.

No entanto a realidade é contraditória porque muito claramente observamos a desigualdade social evidenciada pela organização de renda, de justiça e de cidadania, que reproduz a violência social nas várias faltas: falta de saúde de qualidade, educação de qualidade, moradia de qualidade, alimentação de qualidade, lazer, cultura, enfim, é longa a lista de necessidades a suprir considerando que crianças e adolescentes são seres em formação e dotados de uma legislação própria de proteção integral. Essa situação de violência perpetuada por injustiças sociais levam a crer que o Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, não foi de fato efetivado.

Desse modo, muitos destes jovens, vivendo em condições de vulnerabilidade, são recrutados precocemente pelo tráfico de armas e de drogas o que resulta no ingresso destes ao mundo da violência e, conseqüentemente, evidencia os índices de homicídios de jovens. Cerca de quarenta e cinco mil pessoas são assassinadas por ano no Brasil e, em algumas regiões, a pobreza, a degradação, a fragilização dos vínculos familiares e as dificuldades de acesso aos serviços públicos como educação, cultura, esporte, lazer e emprego, são marcas expressivas (MOREIRA, 2011, p. 32).

Moreira (2011, p. 33) ainda discorre que:

Aliado a este fenômeno o aumento do crime organizado pode estar relacionado à disponibilidade de armas, da violência doméstica, da violência contra a mulher e crianças, do racismo e da homofobia, que ganha pouco destaque em face dos crimes contra a vida, que envolvem cada vez mais a população jovem.

Segalin (2008, p. 12) cita dados da pesquisa do Movimento Nacional de Direitos Humanos de 1997/1998 apontando que:

no Brasil os adolescentes são mais vítimas de homicídios do que acusados, numa relação de um para quatro, percebe-se que os crimes praticados por adultos contra a vida de crianças e adolescentes não causam tanto impacto ou comoção nacional quanto a incidência de casos em que o adolescente é o protagonista da infração. Essa repercussão é propagada facilmente pela mídia, sobretudo quando se trata do adolescente proveniente de famílias empobrecidas, pois se membro da elite brasileira, o fato tende a passar impune.

Desta forma, segundo Segalin (2008), o sensacionalismo da mídia intensifica eventuais infrações graves cometidas por adolescentes, que faz emergir a polêmica da redução da maioridade penal. Não obstante, Moreira (2011, p. 23) defende que:

reduz-se a discussão à solução da violência urbana nas suas múltiplas dimensões, no retrocesso e na violação de direitos dos adolescentes. [...] É preciso compreender que os adolescentes autores de atos infracionais, na sua maioria, provêm de situações de criminalização e exclusão social, permeadas pelo abandono, invisibilidade, processos de estigmatização, marginalização e, conseqüente, privação de liberdade.

Diante da conjuntura de culpabilização, entra em pauta a redução da maioridade penal. Segundo Moreira (2011, p. 82):

As Propostas de Emenda à Constituição – (PECs), que propõe a alteração da idade penal e, conseqüentemente, do art. 228 da CF, entraram em pauta no período compreendido entre 1993 e 2004, e totalizam 26 proposições. Quase todas elas propõem o rebaixamento da idade penal para 16 anos, havendo, porém, um legislador que defende até a idade de 13 anos para os crimes hediondos. Cumpre ressaltar que, ao longo deste período, as propostas foram sendo apensadas umas as outras, por se tratarem de temas idênticos, sendo que todas acabaram arquivadas por

falta de aprovação nas comissões específicas do Congresso Nacional ou por término dos mandatos dos parlamentares propositores.

Moreira (2011, p. 78) afirma que o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, não rompeu com os ideais punitivos do Código de Menores de 1979, apenas “promoveu uma reforma” deste, já que prevê a punição a qualquer ato infracional cometido por adolescentes através das medidas socioeducativas. Portanto há a “necessidade de esclarecimentos acerca do Estatuto” para tornar possível a superação da ideia de que está “fadado ao fracasso e que promove a impunidade” (MOREIRA, 2011, p. 78). E acrescenta que a aceitação do apelo midiático pela população dá-se pelo desconhecimento dos princípios do ECA. Moreira (2011) defende ainda que, o caráter punitivo das medidas socioeducativas, exercem um controle social típico de sociedade capitalista e que “o controle das classes populares pela via da repressão é mais dilacerante num sistema neoliberal em que desigualdade e a exclusão tornam-se cada vez mais evidentes”, e que este consiste numa demanda dessa “sociedade conservadora, na busca pela repressão e ‘punição’ aos adolescentes, individualizando a responsabilidade pela violência urbana” (MOREIRA, 2011, p. 79).

Moreira (2011, p. 82) ainda acrescenta que no início de 2011, os parlamentares solicitaram a reabertura de três propostas de emendas que se encontravam arquivadas, estando duas delas aguardando designação de relatores nas Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados e do Senado e uma aguardando inclusão em “ordem do dia” do Senado. “Revelam estas propostas que a discussão e a concepção repressiva da sociedade sobre a “punição” do adolescente estão, evidentemente, associadas à forma como se compreende a criminalidade juvenil” (MOREIRA, 2011, p. 82).

2. A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E A POLÍTICAS SOCIOEDUCATIVAS PARA ADOLESCENTES NO BRASIL

Comumente na sociedade brasileira, controlada pelo interesse corporativista midiático dinamizado pelo capitalismo imperante, associamos pobreza à criminalidade. Faz-se necessário ampliar o olhar frente a causa do adolescente em conflito com a lei, para melhor compreender a realidade social na qual estão inseridos, e assim, identificar o capitalismo como um potencializador da violência e a violência como um mal necessário para a manutenção da ordem social pré-estabelecida, onde ricos e pobres ocupam dimensões distintas de reconhecimento social. A constante carência de justiça social sentida por grande parte da sociedade atinge, também, os adolescentes em conflito com a lei e, nesse contexto deve-se considerar a que tipos de violência, negligência e privações estão expostos esses adolescentes, frequentemente submetidos a privações dos direitos sociais fundamentais previstos na legislação de proteção integral – Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Essas condições extremas não justificam ações de conflito com a lei, mas tornam-se impulsionadores destas, já que, por vezes, os atos infracionais representam um meio de romper com o círculo vicioso ao qual estão submetidos. Porém, acima de tudo, cabe o questionamento de até que ponto essa criminalização da pobreza condiz com a realidade, de crianças e adolescentes brasileiros, já que pesquisas mencionadas na seção anterior, desse trabalho, apontam que esses adolescentes são cada vez mais vitimizados pela violência imperante na sociedade, levando a crer que servem de “bode expiatório” para uma proposta política que prevê uma precarização ainda maior das relações sociais sem propor mudanças efetivas. Setores da mídia por sua vez, contribuem para promover a culpabilização de parte vulnerável da sociedade no intuito de explicar e promover uma “solução milagrosa”, como a redução da maioridade penal (MONTENEGRO, 2012).

2.1 – Propostas de Emenda Constitucional de Redução da Maioridade Penal

Moreira (2011) acredita que a falta de conhecimento dos pressupostos da legislação para crianças e adolescentes que cometem atos infracionais, levam setores da sociedade, incluindo o legislativo a atribuírem à legislação que reivindica os direitos destes, o ideal de impunidade. As iniciativas de redução da maioridade penal demonstram o controle que “se mostra presente nas ações demandadas de uma sociedade conservadora, na busca pela

repressão e ‘punição’ aos adolescentes, individualizando a responsabilidade pela violência urbana” (MOREIRA, 2011, p.79).

Para melhor embasar a discussão sobre a redução da maioridade penal, se apresenta a seguir, a tabela que permite visualizar 30 (trinta) Propostas de Emenda Constitucional (PEC), sendo 21 (vinte e uma) elaboradas por legisladores da Câmara e 9 (nove) por legisladores do Senado, evidenciando, portando, cada autor e partido, o ano em que foram elaboradas, em que situação se encontram, a sugestão de inimizabilidade proposta e os respectivos argumentos.

Quadro 1. Apresentação sintética e geral das Propostas de Emendas Constitucionais apresentadas no Congresso Nacional de 1993 a 2013:

	<i>Proposta</i>	<i>Data</i>	<i>Autor</i>	<i>Partido</i>	<i>Inimizabilidade penal</i>	<i>Situação</i>
01	PEC nº 171	19.08.1993	Dep. Benedito Domingos	PP - DF	16 anos	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
02	PEC nº 37	23.03.1995	Dep. Telmo Kirst	PPR - RS	16 anos	Apensada a PEC 171/93
03	PEC nº 91	10.05.1995	Dep. Aracely de Paula	PFL - MG	16 anos	Apensada a PEC 171/93
04	PEC nº 301	11.01.1996	Dep. Jair Bolsonaro	PPB - RJ	16 anos	Apensada a PEC 171/93
05	PEC nº 386	11.06.1996	Dep. Pedrinho Abrão	PTB - GO	16 anos para alguns crimes	Apensada a PEC 91/95
06	PEC nº 426	06.11.1996	Dep. Nair Xavier Lobo	PMDB - GO	16 anos	Apensada a PEC 91/95
07	PEC nº 531	30.09.1997	Dep. Feu Rosa	PP - ES	16 anos	Apensada a PEC 171/93
08	PEC nº 633	06.01.1999	Dep. Osório Adriano	PFL - DF	16-18 anos com ou sem emancipação	Apensada a PEC 171/93
09	PEC nº 20	25.03.1999	Sen. José Roberto Arruda	DEM - DF	16 anos	Desarquivada em 29.3.2011. Aguardando Ordem do Dia.
10	PEC nº 68	30.06.1999	Dep. Luiz Antônio Fleury	PTB - SP	16 anos	Apensada a PEC 171/93
11	PEC nº 133	13.10.1999	Dep. Ricardo Izar	PMDB - SP	16 anos	Apensada a PEC 171/93
12	PEC nº 150	10.11.1999	Dep. Marçal Filho	PMDB - MS	16 anos	Apensada a PEC 171/93
13	PEC nº 167	24.11.1999	Dep. Ronaldo Vasconcellos	PFL - MG	16 anos	Apensada a PEC 171/93
14	PEC nº 169	24.11.1999	Dep. Nelo Rodolfo	PMDB - SP	14 anos	Apensada a PEC 171/93
15	PEC nº 260	13.06.2000	Dep. Pompeo de Mattos	PDT - RS	17 anos	Apensada a PEC 171/93
16	PEC nº 321	13.02.2001	Dep. Alberto Fraga	PFL - DF	“capacidade de discernimento do fato delituoso”	Apensada a PEC 171/93
17	PEC nº 3	22.03.2001	Sen. José Roberto Arruda	DEM - DF	16 anos	Arquivada ao final da legislatura (12.01.2011)
18	PEC nº 377	20.06.2001	Dep. Jorge Tadeu Mudalen	PMDB - SP	16 anos	Apensada a PEC 171/93
19	PEC nº 26	22.05.2002	Sen. Íris Rezende	PMDB - GO	16 anos	Arquivada ao final da legislatura (12.01.2011)
20	PEC nº 582	28.11.2002	Dep. Odelmo Leão	PPB - MG	16 anos	Apensada a PEC 171/93
21	PEC nº 64	22.05.2003	Dep. André Luiz	PMDB - RJ	16 anos - casos excepcionais	Apensada a PEC 171/93
22	PEC nº 179	08.10.2003	Dep. Wladimir Costa	PMDB - PA	16 anos	Apensada a PEC 171/93
23	PEC nº 90	25.11.2003	Sen. Magno Malta	PR - ES	13 anos	Apensada a PEC 20/99
24	PEC nº 242	04.03.2004	Dep. Nelson Marquizeili	PTB - SP	14 anos	Apensada a PEC 169/99
25	PEC nº 9	16.03.2004	Sen. Papaléo Paes	PSDB - AP	“idade psicológica” igual ou superior a 18 anos	Arquivada ao final da legislatura (12.01.2011)
26	PEC nº 272	11.05.2004	Dep. Pedro Corrêa	PP - PE	16 anos	Apensada a PEC 171/93
27	PEC nº 74	10.08.2011	Sen. Acir Gurgacz	PDT - RO	15 anos	Prejudicada (17.11.04)

28	PEC nº 83	31.08.2011	Sen. Clésio Andrade	PMDB - MG	16 anos	Apensada a PEC 20/99
29	PEC nº 33	04.07.2012	Sen. Aloysio Nunes Ferreira	PSDB - SP	16 anos	Apensada a PEC 20/99
30	PEC nº 21	25.04.2013	Sen. Alvaro Dias	PSDB - PR	15 anos	Apensada a PEC 20/99

Fonte: Moreira (2011, p.87) atualizada pela autora do presente estudo.

1. **PEC 171, de 1993**, com autoria do **deputado Benedito Domingos** (PP – DF) evidencia o objetivo de responsabilizar criminalmente o adolescente maior de 16 anos, pautado no entendimento de que a inimputabilidade penal tem sua origem advinda do Código Penal de 1940, com fundamento básico no critério biológico – de que o adolescente não possui capacidade para entendimento do ato delituoso. Segundo o deputado Domingos, “com efeito, concentrando as atenções no Brasil e nos jovens de hoje, por exemplo, é notório, até ao menos atento observador, que o acesso destes à informação nem sempre de boa qualidade - é infinitamente superior àqueles de 1940”. O referido deputado defende que os “menores” entendem perfeitamente a natureza criminosa de seus atos, inclusive porque já possuem condições mentais de escolher seus governantes, portanto, podem ser punidos e presos por seus “atos delinquentes”, entendendo que a “idade cronológica” é diferente da “idade mental”. Deputado Domingos entende que o Estatuto da Criança e do Adolescente não é suficientemente punitivo, e associa a medidas socioeducativas a uma sensação de impunidade. Cita o apelo da mídia para a publicação de “crimes praticados por menores”, e faz alusão a muitas passagens bíblicas do Antigo Testamento, como por exemplo, “o profeta Ezequiel nos dá a perfeita dimensão do que seja a responsabilidade pessoal. Não se cogita nem sequer de idade”, acrescentando que “Salomão, do alto de sua sabedoria, dizia: ‘Ensina a criança no caminho em que deve andar, e ainda quando for velho não se desviará dele’”.

2. **PEC 37, de 1995**, com autoria do **deputado Telmo Kirst** (PPR – RS), argumenta que a permissão concedida aos adolescentes para exercerem o direito ao voto e o conhecimento da existência de demais propostas para a redução da maioria penal o levam a crer na defesa da inimputabilidade penal aos 16 anos. Assim esses adolescentes poderão obter a carteira de habilitação e responder penalmente por qualquer “ato ilícito” que pratiquem, “pois lhe falta a imputabilidade, que é pressuposto de culpabilidade”.

3. **PEC 91, de 1995**, com autoria do **deputado Aracely de Paula** (PFL – MG) afirma que “os meios de comunicação e o desenvolvimento tecnológico têm proporcionando aos menores, amplo esclarecimento e visão precoce da realidade, tornando-os capazes de avaliar, com tenra idade, as consequências de seus atos”. O deputado afirma ainda que “a violência urbana demonstra que os menores de dezoito anos tem sido os mais perigosos e frios

homicidas, tendo em vista a proliferação da miséria, delinquência juvenil e a impunidade”. Tornando-se assim, necessária uma legislação mais “eficaz” contra a “impunidade” dos “menores infratores”.

4. **PEC 301**, de **1996**, com autoria do **deputado Jair Bolsonaro** (PPB – RJ) destaca que “a realidade de nossos dias demonstra que o adolescente com idade de dezesesseis anos já possui discernimento suficiente para avaliar os danos que causa os atos ilícitos” e argumenta que “sabemos que a mudança da idade não irá prejudicar àqueles que levam uma vida regrada dentro dos princípios morais e da boa convivência, independente da condição social que desfrutam”.

5. **PEC 386**, de **1996**, com autoria do **deputado Pedrinho Abrão** (PTB – GO) defende que “ao optar pela irresponsabilização criminal de jovens aos dezoito anos, o Legislador brasileiro desconheceu a realidade biológica, social e jurídica que marca a ascensão dos adolescentes à pauta dos direitos e das inerentes à cidadania”. Segue ainda afirmando que o direito ao voto reconhece “sua aptidão biopsíquica e intelectual para decidir sobre os destinos do País” e discorre sobre a “convicção generalizada de que a juventude, nos dias atuais, alcança ampla maturidade física e psicológica, reúne condições intelectuais e de entendimento de sua conduta”, devido à “extraordinária influência dos meios de comunicação de massa”.

6. **PEC 426**, de **1996**, com autoria da **deputada Nair Xavier Lobo** (PMDB – GO) defende a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, fundamentada em um homicídio de grande repercussão e forte apelo midiático. Segundo a deputada, “há que se colocar um freio nesses descabimentos praticados por menores que entendem plenamente a ilicitude do fato”. Afirma que os “menores” sempre foram tratados de forma diferenciada pelo processo de formação, por não possuírem as “faculdades mentais” completas, não sendo este fato condizente com a realidade. Deputada Lobo menciona países onde a inimputabilidade penal varia entre 7 e 16 anos, mas reconhece que as “deficiências de nosso País, no sentido educacional e alimentar” não permitiria uma redução tão drástica. E acrescenta que a menoridade aos 16 anos viria a “obviar e frear a prática de hediondos crimes por parte dos jovens delinquentes”.

7. **PEC 531**, de **1997**, com autoria do **deputado Feu Rosa** (PP – ES), argumenta sobre a maturidade antecipada advinda do mundo contemporâneo, por “complexos fatores de natureza familiar e educacional” e o desenvolvimento dos meios de comunicação, em especial da informática. Afirma que “o planeta enfrenta mudanças estruturais de profundidade, com desigualdades sociais gritantes, provocando um vertiginoso aumento da criminalidade,

principalmente na faixa etária dos catorze aos dezoito anos”. Dessa forma, defende a prática de países ocidentais de punir “os menores com até dezesseis anos”, como meio de conter a criminalidade do país.

8. **PEC 633**, de **1999**, com autoria do **deputado Osório Adriano** (PFL – DF), afirma que há dúvidas por parte da sociedade quanto ao “tratamento” dado aos “menores de 16 a 18 anos”, dúvidas que se agravaram após a promulgação do “Estatuto do Menor e do Adolescente”, colocando também, em discussão, o “tratamento disciplinar e de treinamento para o trabalho” disposto aos “menores de 14 até os dezesseis anos”. Atenta para uma “quase falência da sociedade em dar atendimento aos ditames do artigo 227 da Constituição” e que os adolescentes “passaram a praticar a maioria dos crimes urbanos”. O deputado argumenta que esta “falha” advém da “impunidade desses jovens que amadureceram intelectualmente muito mais depressa do que se havia de esperar”, por conta da “dificuldade para obter trabalho ou estágio remunerado”, o crescimento do comércio ilegal de drogas e a sensação de impunidade, que levam os adolescentes a participarem ativamente da criminalidade crescente na sociedade, e sugere um estudo sobre os motivos dessas práticas entre adolescentes, mas não propõe uma continuidade para este estudo.

9. **PEC 20**, de **1999**, com autoria do **senador José Roberto Arruda** (DEM – DF), sublinha a falta de consenso entre legisladores e juristas acerca da redução da maioridade penal e a “notória falta de eficácia do ECA (1990), dada a sua precária implementação”. Justifica que o fácil acesso a informação através da internet e televisão são agravantes para uma “maturação psíquica do jovem de hoje”. Afirma ainda que “a maturidade psíquica do jovem de hoje e a inexorável escalada de violência, sobretudo no que se refere ao cometimento de crimes hediondos por menores, fazem com que o Legislador dê lume a esta proposição de imputabilidade especial”.

10. **PEC 68**, de **1999**, com autoria do **deputado Luiz Antonio Fleury** (PTB – SP), defende a redução da maioridade penal dos 18 para os 16 anos a fim de que “o crescimento da delinquência juvenil possa vir a ser devidamente coibido e punido”. Acrescenta o apelo da mídia com notícias de “crimes perpetrados por menores de 16 a 18 anos”, num entendimento de impunidade assegurada por uma legislação “protecionista e paternal”. O deputado Fleury afirma que “mesmo nascidos nas camadas mais altas da população, tendo recebido a melhor educação, jovens se veem envolvidos em crimes os mais hediondos”, numa crença de “índole de delinquente” inata. O deputado não acredita que os adolescentes sejam imaturos por conta do desenvolvimento mental incompleto, porque estes tem acesso a uma grande gama de

informações, cita a idade penal em outros países e atenta para “adultos criminosos” que se aproveitam da “impunidade dos menores” para influencia-los às práticas criminosas.

11. **PEC 133, de 1999**, com autoria do **deputado Ricardo Izar** (PMDB – SP), afirma que “não podemos mais suportar inertes os atos criminosos praticados por adolescentes menores de dezoito anos”, que agem “cientes de sua impunidade penal”, cometendo “atrocidades contra a população assustada e indefesa”. Atenta para a participação de “adultos inescrupulosos” que influenciam esses adolescentes, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) “não tem se mostrado eficaz para diminuir a violência”, sendo a redução da maioridade penal uma forma de contenção da violência.

12. **PEC 150, de 1999**, com autoria do **deputado Marçal Filho** (PMDB – MS), justifica que a “irresponsabilidade penal” atual influencia a ocorrência de “crimes hediondos” perpetrados por “menores de 18 anos”. Segundo o deputado “os jovens de hoje” são mais cientes de seus atos por conta da quantidade de informações que recebem por todos os meios de comunicação, que faz com que “amadureçam e entendam o caráter extremamente pernicioso de sua conduta”. Acrescenta ainda que “recebendo educação exemplar de nossos pais, ou informados pela conjuntura socioeconômico em que se vive [...] é um erro achar que pessoas com mais de dezesseis anos e menos de dezoito não têm consciência de seus atos”. Cita a inimputabilidade penal em outros países, e defende estabelecimentos adequados em que os adolescentes possam receber “boa educação formal e moral” e encaminhamento a “uma finalidade mais nobre do que a degradação moral que imana do cometimento de crimes”.

13. **PEC 167, de 1999**, com autoria do **deputado Ronaldo Vasconcellos** (PFL – MG), ressalta a “escalada da violência nos grandes centros urbanos”, que “exige um conjunto de medidas, dentre as quais a redução da idade para responsabilização criminal para dezesseis anos”. O grande “volume de informações que o cidadão recebe, a maturidade do indivíduo é alcançada muito mais rapidamente do que antigamente”. Defende a responsabilidade criminal, associando-a a responsabilidade de poder exercer o direito ao voto.

14. **PEC 169, de 1999**, com autoria do **deputado Nelo Rodolfo** (PMDB – SP), aponta para um crescente índice de violência e criminalidade no Brasil, relacionado à consciência de impunidade advinda de “crimes” praticados por “adolescentes entre 14 e 18 anos”. O deputado afirma que os adolescentes agem com plena “consciência de que os atos que praticam são delituosos”, dessa forma, defende os sistemas penais europeus e norte-americanos que consideram criminalmente responsáveis “jovens com idade a partir de 10 ou 12 anos, impondo-lhes desde a ação delituosa, o cumprimento de penas, logicamente em condições diversas daqueles criminosos de idade adulta”. E finaliza sua justificativa com um

episódio envolvendo adolescentes em conflito com a lei, que obteve grande apelo na mídia, bem como citando uma campanha lançada pelo Deputado Campos Machado (Líder do PTB), denominada “*Crime não tem idade – Maioridade penal aos 14 anos*”, e uma pesquisa de opinião pública envolvendo a temática.

15. **PEC 260, de 2000**, com autoria do **deputado Pompeo de Mattos** (PDT – RS), afirma que a “avalanche de crimes perpetrados por menores inimputáveis, de 18 anos, tem acendido em nossa sociedade, o debate sobre a impunidade juvenil” e defende que o acesso a informações e a evolução dos meios de comunicação tem contribuído para um amadurecimento precoce dos adolescentes, e capacidade de entendimento do “caráter pernicioso do comportamento delinquente”. Atenta para a realidade de outros países que tem a maioridade penal estabelecida em menos de 18 anos, mas questiona se uma mudança drástica na legislação seria de fato eficiente para conter o avanço da criminalidade, “diminuindo a delinquência juvenil e a prática de crimes bárbaros por adolescentes”. Portanto, apresenta o que julga ser uma medida intermediária de redução da maioridade penal de 18 para 17 anos para “avaliar ao longo do tempo, se a redução trará a diminuição da participação de jovens de 17 anos em delitos e crimes”, para então, atender a “reduções mais drásticas”.

16. O texto da **PEC 321, de 2001**, com autoria do **deputado Alberto Fraga** (PFL – DF), não esteve disponível para acesso no site oficial da Câmara dos Deputados no período de março a junho de 2014, impossibilitando a apreciação de sua justificativa pelo presente estudo.

17. **PEC 3, de 2001**, com autoria do **senador José Roberto Arruda** (DEM – DF) defende a redução da maioridade de 18 para 16 anos mediante constatação de “critérios de amadurecimento intelectual e emocional”. Segundo o autor da PEC, a “idade de dezoito anos é um critério puramente biológico”, e discorre ainda que “a pessoa com mais de dezoito anos pode ser considerada inimputável se não tiver capacidade de entender os reflexos de suas ações”, mas há um “vazio na lei no que se refere à pessoa precocemente amadurecida ser responsabilizada por seus atos”.

18. **PEC 377, de 2001**, com autoria do **deputado Jorge Tadeu Mudalen** (PMDB – SP), acredita que a “criminalidade juvenil” está diretamente relacionada a “sensação de impunidade”. Portanto, afirma que quem sofre as consequências é a “população que não encontra mais paz quando sai às ruas”. Enfatiza a complexidade das causas da violência juvenil, mas entende que a proteção do ECA (1990) não equivale a punição, gerando “grande aumento da criminalidade entre os adolescentes”, e a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos será uma contribuição à devolução da segurança à sociedade.

19. **PEC 26, de 2002**, com autoria do **senador Íris Rezende** (PMDB – GO) considera um “processo de inegável amadurecimento” dos adolescentes, que “detém informações, conhecimento, experiência de vida que lhe permitem discernir sobre a natureza lícita ou ilícita de seu comportamento”. Para defesa de seu argumento apresenta uma “solução negociadora”, sugerindo que em caso de cometimento de crime hediondo ou contra a vida, uma junta especializada, nomeada pelo Juiz “a época dos fatos” emitirá um laudo técnico para concluir a “capacidade do agente de perceber a natureza criminosa de seu comportamento”, assim, “poderá o agente responder ao processo criminal pertinente, em que lhe será possibilitada ampla defesa”.

20. **PEC 582, de 2002**, com autoria do **deputado Odelmo Leão** (PPB – MG), com base no argumento de que a capacidade de exercer o direito ao voto e assim, “escolher os dirigentes e mandatários públicos em quaisquer níveis da Federação”, e a espera para alcançar o “direito de dirigirem automóveis, devidamente, habilitados por força de lei”, demonstra uma ascendência dos adolescentes no que tange aos “direitos e obrigações, inerentes à cidadania”. Assim, “a decantada irresponsabilidade penal dos menores de 18 anos e a punibilidade que é medida até o completar dos 21 anos de idade, coloca-os, de concreto, a mercê de delinquentes maiores”. O deputado acredita que o Brasil não acompanha o entendimento de outras nações que julga mais “adiantadas”, da responsabilização penal de crianças; ao que afirma, “sem exceção, crianças, precocemente, seguidas de adolescentes sempre estarão aptas a viver em sociedade, superando as vivências da idade adulta que é agravada com conflitos e desigualdades sociais e econômicas”. Cita ainda “ocorrências delitivas” das quais participam adolescentes infratores que demonstram desprezo pela vida das vítimas, e, portanto, a “carga de criminalidade e violência aterroriza a família e a sociedade, chegando a ultrapassar a conduta criminal do homem médio”, porque esses adolescentes não são punidos de “forma exemplar”.

21. **PEC 64, de 2003**, com autoria do **deputado André Luiz** (PMDB – RJ), propõe que “na corrente da violência o elo mais fraco, passível de reabilitação ao convívio social, é o menor de idade que foi influenciado pelo poder que a força do crime lhe proporciona em sua comunidade”. Acredita que os adolescentes são influenciados pelo narcotráfico e crime organizado porque são “atualmente considerados constitucionalmente imputáveis”. Aponta ainda que “em muitos países a imputabilidade atinge até crianças menores de dez anos, independente do crime cometido”, mas que não devemos utilizar dessa prática porque nosso país “tem uma imensa dívida social com nossas crianças e jovens”. No entanto, acredita que esses “menores” estão “predestinados a morrer no crime e pelo crime”. Portanto, a redução da

maioridade penal seria um meio de “desestimular o envolvimento cada vez maior de jovens e crianças com o crime organizado e com o narcotráfico”, contribuindo assim, para a redução da violência no país.

22. **PEC 179**, de **2003**, com autoria do **deputado Wladimir Costa** (PMDB – PA), aponta para “a supressão do paradoxo existente em nossa Carta Maior, que confere responsabilidade ao maior de dezesseis anos para votar, enquanto o considera imaturo para responder por seus atos ilícitos”. Deputado Costa apresenta como argumento dos defensores da maioridade penal aos 18 anos o fato de o adolescente ser considerado um ser em formação, que ainda não atingiu a maturidade, e que “o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas para os infratores e, finalmente, que a norma que confere a imputabilidade penal aos dezoito anos de idade faria parte dos direitos e garantias individuais, não sendo passível, portanto, de reforma constitucional”. No entanto, argumenta que o mundo de hoje não é o mesmo mundo de 1940, quando foi elaborado o Código Penal, principalmente devido ao acesso facilitado a informação. Segue argumentando que “é incrível que um jovem consiga escolher uma profissão, ser aprovado em um vestibular, participar do processo político de seu país, cursar uma faculdade e não possa, penalmente, responder por seus atos”. Acrescenta ainda que a redução da maioridade penal não irá resolver o problema da criminalidade, mas que resolveria o problema da “impunidade” que incentiva “práticas criminosas”, e que a imputabilidade penal ganha “*status* de norma constitucional tão somente em razão da vontade do legislador constituinte”.

23. **PEC 90**, de **2003**, com autoria do **senador Magno Malta** (PR – ES) propõe a redução da maioridade penal de 18 para 13 anos, quando o “agente houver praticado qualquer dos crimes definidos pela lei como hediondos”, considerando que “o jovem de 13 anos de idade é perfeitamente capaz de reconhecer a gravidade de certas condutas delituosas, especialmente as mais graves”, baseando seu argumento no acesso à informação, com base num caso específico de adolescente em conflito com a lei, com forte repercussão midiática.

24. **PEC 242**, de **2004**, com autoria do **deputado Nelson Marquezelli** (PTB – SP), argumenta que as medidas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) não têm sido eficientes e que “o jovem atinge a maturidade suficiente para responder por seus atos antes do que se imaginava”, principalmente porque vivemos na “era da informação, em que adolescentes são expostos a todo tipo de conhecimento bem antes do que ocorria em décadas passadas”. Deputado Marquezelli afirma que a sociedade está refém dos “adolescentes infratores” (grifo do autor) porque assiste a “inúmeros jovens delinquentes que demonstram ter total consciência das consequências do ato que praticaram, mas que sabem ser

suave a punição que lhes aguarda”. Discorre ainda que “a sociedade sente necessidade de impor ao jovem deveres que correspondam a seus direitos, amplamente elencados no ECA”. Portanto defende a redução da maioridade penal dos 18 para 14 anos, quando o “jovem já é capaz de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento”. E finalmente, entende que “o mais importante é tomarmos providências imediatas para responsabilizarmos penalmente todos os criminosos que tenham quatorze anos ou mais, pois não podemos permanecer inertes até que um novo crime, perpetrado por um ‘menor’, choque a já sofrida Nação brasileira”.

25. **PEC 9, de 2004**, com autoria do **senador Papaléo Paes** (PSDB – AP), justifica a redução da maioridade penal quando os menores apresentam idade psicológica igual ou superior a 18 anos, pautado no entendimento de que com a “evolução dos meios de comunicação”, os adolescentes “tem uma idade psicológica superior à idade cronológica, podendo compreender facilmente o caráter ilícito de sua conduta”. Apelando para um desenvolvimento intelectual a ser julgado por alguém. Utiliza como base dados da Promotoria da Infância e da Juventude do Distrito Federal, dados da polícia do Distrito Federal e levantamento do Governo Federal sobre estatísticas de roubo e furto no Distrito Federal. Destacando a “gravidade de fatos cometidos [...] noticiados na mídia e a ineficiência da legislação atual, no que se refere à proteção da sociedade contra esses delinquentes”.

26. **PEC 272, de 2004**, com autoria do **deputado Pedro Corrêa** (PP – PE), inicia afirmando que “a imputabilidade penal é algo extremamente melindroso e que merece ser revista”. Deputado Corrêa acredita que a população está amedrontada com a ousadia dos “delinquentes”, e que “a redução de idade para a responsabilização penal é algo premente, e que virá em benefício dos próprios jovens. Obviamente não daqueles jovens que se escudam na idade para praticar delitos, mas daqueles de boa índole, de caráter probo e honesto”, porque seriam beneficiados por direitos como a obtenção da carteira de habilitação. Baseia-se no Código Criminal de 1830 e Código Criminal da República de 1890, quando não se tinha tanto acesso a informação, para sustentar que o acesso à informação na atualidade faz necessário rever o entendimento dos “direitos e obrigações, mesmo na esfera penal, aos jovens conscienciosos de nosso País”, e, portanto, “não há mais razão alguma para a manutenção deste critério biopsicológico tacanho entre nós”.

27. **PEC 74, de 2011**, com autoria do **senador Acir Gurgacz** (PDT – RO), critica o “critério biológico” alegando que o argumento de “desenvolvimento mental incompleto, por não haverem incorporado inteiramente as regras de convivência da sociedade [...] nunca foi comprovado pela ciência psiquiátrica”. Baseia-se nas idades penais em outros lugares do

mundo e critica a demora do Brasil para construir leis de atenção à infância a adolescência. O autor ainda se baseia em dados do IPEA, afirmando que existem 39.578 “menores” cumprindo algum tipo de medida socioeducativa, que representa 0,2% da população entre 12 e 18 anos. 50% dos “menores infratores” do país estão em São Paulo, e “destes, 41,2% cumprem pena por roubo e 14,7% por homicídio”. Aponta ainda um levantamento realizado pela Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude que atualmente “os adolescentes são responsáveis por 10% do total de crimes ocorridos no Brasil”, sendo 1,3% crimes de homicídio. Há um “pavor social em torno da crescente criminalidade praticada por menores imputáveis”, que segundo deputado Gurgacz, vem aumentando, e esses adolescentes “não têm sido punidos adequadamente”. Dessa forma, defende a redução da maioridade penal de 18 para 15 anos, em caso de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, afirmando um “aumento do desenvolvimento mental e discernimento [...] à necessidade de intimidação da prática desses crimes por esses menores”.

28. **PEC 83, de 2011**, com autoria do **senador Clésio Andrade** (PMDB – MG), justifica que a “quase universalização da educação básica”, bem como o “amplo acesso aos meios de comunicação”, propicia o que o autor chama de “conhecimento precoce” dos direitos e deveres de cidadão, que os torna aptos a agir em conformidade com as leis. O direito ao voto com 16 anos também se torna um agravante na opinião do deputado Andrade, que afirma que “o Estado não pode continuar negando à parcela importante da população brasileira o reconhecimento de sua plena cidadania”. Defende a maioridade penal aos 16 anos, bem como a obrigatoriedade do voto e direitos de “contrair casamento, celebrar contratos, postular em juízo, viajar para o exterior, dirigir veículos, etc.”, o que o autor define como “uma vida cívica em prol do País”.

29. **PEC 33, de 2012**, com autoria do **senador Aloysio Nunes Ferreira** (PSDB – SP) aponta para a problemática dos “menores infratores, muitas vezes patrocinados por maiores criminosos [...] confiantes na impunidade que a Constituição e o ECA lhes conferem”. Apoiado em casos de grande destaque midiático, o autor ainda desmonta os “riscos de se legislar em função de casos específicos, dando um caráter geral ao que poderia ser tratado de forma particular”. Deputado Ferreira acaba contrariando própria ressalva, e afirma que o “ECA continua a ser uma das mais avançadas legislações do mundo e é necessário que o Estado proveja os meios à sua total e efetiva implementação”, mas que esse “não impõe o devido temor”, portanto defende que o Congresso Nacional, “definirá os casos excepcionais e extraordinários em que o menor infrator poderá ser considerado maior criminoso, sujeito não mais ao ECA, mas ao Código Penal”.

30. **PEC 21, de 2013**, com autoria do **senador Alvaro Dias** (PSDB – PR), propõe a inimputabilidade penal aos menores de 15 anos, alegando ser o critério biológico de desenvolvimento mental incompleto “por não haverem incorporado inteiramente as regras de convivência da sociedade” se trata de uma “ficção jurídica ditada por uma necessidade de política criminal, por ser imprescindível à repressão e à prevenção no cometimento de crimes, e ao oferecimento de maior segurança à sociedade”. A análise do deputado consiste numa abordagem da política criminal e comparação com a idade penal em outros países, sustentando também, seu argumento, pela opinião pública e por casos de grande apelo da mídia.

Com a impossibilidade de consulta do texto da PEC 321/2001, esse estudo analisou, ao todo, o texto de 29 (vinte e nove) PECs. Em 24 (vinte e quatro) Propostas de Emenda à Constituição analisadas nesse estudo, os legisladores utilizaram como argumento o “**desenvolvimento intelectual/mental precoce**”, e/ou “**amadurecimento psicológico**”, sendo que 17 (dezessete) culpavam esse amadurecimento precoce pelo amplo **acesso à informação**, ocasionado pelo **avanço dos meios de comunicação**, em especial advindos do uso da internet. Vivendo o século XXI, com todos os avanços tecnológicos da presente época e a necessidade constante de atualização, até mesmo pelo enfoque de aptidão ao mercado de trabalho, não surpreende que as crianças e adolescentes sejam incitadas aos progressos da tecnologia. Na verdade, são mais que necessário os crescentes estímulos que vêm recebendo, infelizmente de forma desigual. Há que se pensar que esse avanço tecnológico, embora essencial, não seja igualitário a todas as classes sociais, portanto os ditos “menores”, frequentemente em situação de vulnerabilidade social, que vem sendo culpabilizados por seu acesso facilitado a informação, por vezes não o tem de forma irrestrita como se alega.

Segundo dados de IBGE (2005, p. 2), os usuários da Internet apresentaram “perfil bastante distinto daquele das pessoas que não utilizaram esta rede. As diferenças entre essas duas populações tornam-se evidentes no confronto de suas características de idade, nível de instrução e rendimento”. Os jovens entre 15 e 17 anos são, efetivamente, os maiores usuários da internet (33,9%). No entanto, “quanto mais elevado era o nível de instrução, maior foi a proporção de usuários da Internet”, enquanto “2,5% das pessoas sem instrução ou com menos de 4 anos de estudo acessaram a Internet, no contingente com 15 anos ou mais de estudo este percentual alcançou 76,2%”. O fator renda também representa um diferencial nessa concepção de que o acesso facilitado à informação estimula um amadurecimento precoce, porque “na faixa de sem rendimento a ¼ do salário mínimo de rendimento mensal domiciliar

per capita, 3,3% eram usuários da Internet, enquanto na de mais de 5 salários mínimos este percentual atingiu 69,5%” (IBGE, 2005, p. 4).

Outro indicativo concernente ao acesso à informação, refere-se à “proporção de pessoas que acessaram a internet entre a população de estudantes (35,9%) foi mais do dobro daquela do contingente que não se enquadrava nesta condição (16,0%)” (IBGE, 2005, p. 4). Não obstante, não se deve considerar que o acesso à informação pelas mídias sociais seja de fato educativo. Dever-se-ia priorizar o investimento público na educação de base, através de um ensino de qualidade e escolas com a devida infraestrutura para o seu funcionamento, o que, certamente, iria contribuir para que crianças e adolescentes fossem melhor orientados quanto ao uso da mídia como ferramenta importante no processo educacional, mas distanciarem-se de servir de reféns do tacanho interesse midiático através da televisão e internet. Seria um fator interessante de análise uma pesquisa quanto à educação que os legisladores brasileiros propiciam a seus familiares, filhos e netos. Será que estes confiam à educação dos seus ao ensino público? É importante que se pense na qualidade da educação a qual estão submetidos às crianças e adolescentes do país, bem como a questão da moradia, da alimentação, do lazer, e mesmo do acesso às tecnologias em evidência no presente século, por uma questão de interação, de igualdade de acessos e de formação desses seres que estão em processo de maturação e de construção de identidade. De acordo com dados do SINASE (BRASIL, 2006, p. 18):

Quanto à escolarização dos adolescentes e jovens brasileiros, a realidade apresenta dados significativos. Muito embora 92% (noventa e dois por cento) da população de 12 a 17 anos estejam matriculadas, 5,4% (cinco vírgula quatro por cento) ainda são analfabetos. Na faixa etária de 15 a 17 anos, 80% (oitenta por cento) dos adolescentes frequentam a escola, mas somente 40% (quarenta por cento) estão no nível adequado para sua faixa etária, e somente 11% (onze por cento) dos adolescentes entre 14 e 15 anos concluíram o ensino fundamental. Na faixa de 15 a 19 anos, diferentemente da faixa etária dos 7 a 14 anos, 10 a escolarização diminui à medida que aumenta a idade. Segundo Waiselfisz (2004), a escolarização bruta de jovens de 15 a 17 anos é de 81,1% (oitenta e um vírgula um por cento), caindo significativamente para 51,4% (cinquenta e um vírgula quatro por cento) quando a faixa etária de referência é de 18 a 19 anos.

Portanto, nesse contexto, tendo por base essa realidade nacional, é impensável que se use a capacidade intelectual “avançada” das crianças e adolescentes como um agravante negativo aos mesmos, ao passo que 1 (um) legislador utiliza o argumento da “**quase universalização da educação básica**” como justificativa para a redução da maioridade penal. Essa quase universalização da educação, compreendendo que ainda na atualidade nem todas as crianças e adolescentes frequentam a escola, deveria ser motivo de constrangimento e

vergonha aos legisladores, levando-os a pensar medidas de estímulo e de melhor aproveitamento das capacidades intelectuais das novas gerações em prol de um bem comum.

É evidente o descaso com a terminologia proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de não utilização do termo “**menor**”, carregado de preceitos negativos, já que 17 (dezessete) legisladores utilizaram essa terminologia em suas Propostas de Emendas Constitucionais para a redução da maioridade penal. Portanto, se evidencia a falta de conhecimento ou a desconsideração da legislação vigente em sua escrita, quiçá a sua aplicação, na prática efetiva. Essa falta de conhecimento do ECA se ratifica nos argumentos de impunidade dos adolescentes infratores, quando se observa que o Estatuto de fato propõe medidas socioeducativas para socioeducação desses adolescentes em conflito com a lei. Confunde-se inimizabilidade com **impunidade**, conforme evidenciado em 24 (vinte e quatro) propostas. Segundo Moreira (2011, p. 167):

De modo geral, a sociedade pouco conhece sobre o assunto, atribuindo, assim, as leigas afirmações de que o Estatuto seria um instrumento de estímulo à impunidade. Porém, contrariando o real sentido comum, estas medidas apresentam uma responsabilização, ou seja, propõem-se a dar condições para que o adolescente possa, através de atividades educativas e pedagógicas, redefinir sua condição de exclusão e conflito com a lei. Significa dizer que estes adolescentes não estão “impunes”, mas a eles são aplicadas medidas estatutárias, e submetidos ao procedimento definido pela legislação especial.

Os legisladores, ao todo 8 (oito), utilizam como principal argumento para a redução da maioridade penal, a inimputabilidade penal aos 18 anos com base no “**critério biológico**” de que, estando o adolescente em processo de formação, não tem plena consciência e conhecimento das regras de convivência em sociedade, afirmando o avanço mental desses adolescentes, sem utilizar de quaisquer fundamentos científicos, baseados somente em suas percepções pessoais. Cunha, Ropelato e Alves (2006, p. 650) afirmam que:

A maioria dos adolescentes que cometem atos infracionais encontra-se ainda em fase de socialização ou instrução. O processo de reajustamento do adolescente infrator, portanto, deve ser submetido à educação [...]. A tese do ser humano em desenvolvimento embasa a posição dos principais defensores do uso de medidas socioeducativas em lugar de medidas punitivas. Em que se sustenta essa tese, em termos psicológicos? Cientistas comportamentais (Conte, 1996; Feldman, 1977; Gomide, 2004; Kasdin e Buela-Casal, 1977; Montagu, 1988; Nurco e Lerner, 1996; Patterson, Reid e Dishion, 1992; Sidman, 1995) têm enfatizado a correlação entre práticas parentais e desenvolvimento de comportamento anti-social. Estudos recentes destacam que práticas parentais negativas propiciam o aparecimento de comportamentos anti-sociais ou infratores (Prust e Gomide (a), no prelo; Prust e Gomide (b), no prelo; Berri, 2004; Pinheiro, 2003; Carvalho e Gomide, 2005), além de indicarem uma correlação positiva entre as práticas parentais positivas e habilidades sociais e correlação negativa entre práticas parentais positivas e depressão e stress (Gomide, Salvo, Pinheiro e Sabbag, 2005)

Outro argumento consiste na plena consciência do adolescente advinda do poder de **voto**, utilizado por 8 (oito) legisladores, mas, se o argumento do processo de formação e construção de identidade não se aplica a inimputabilidade dos adolescentes, o que dizer do argumento de que, se o adolescente pode legalmente escolher seus representantes políticos, pode também responder criminalmente por qualquer ato infracional, podendo ser punido com o mesmo rigor de um adulto, e conseqüentemente, ser aprisionado com toda sorte de homens e mulheres que já sofreram e impuseram todo tipo de violência. Como se ambas as atitudes (votar e ser punido criminalmente) tivessem o mesmo peso, estivessem no mesmo patamar. Moreira (2011, p. 39) enfatiza que o:

argumento que se põe como razão está no direito ao voto do adolescente aos 16 anos. Ocorre que este direito é facultativo. De acordo com Saraiva (2003, p. 58), “a questão da fixação da idade determinada para o exercício de certos atos de cidadania decorre de uma decisão política e não guarda relações entre si, de forma que a capacidade eleitoral do jovem aos dezesseis anos – facultativa – é mitigada”.

Em 10 (dez) Propostas de Emendas Constitucionais constam a argumentação para redução da maioria penal pautada na repercussão de casos esporádicos explorados pelo **apelo midiático**. Segundo Moreira (2011, p. 85):

o tema do rebaixamento da idade penal tornou-se alvo preferencial do discurso político e midiático de defesa da lei e da ordem, como se a internação de jovens no sistema penitenciário fosse solução eficaz aos avanços significativos da violência e da criminalidade juvenil. [...] Assim, a relação entre o adolescente e a violência tem sido alvo de ações repressivas e de visibilidade midiática, especialmente, aos mais pobres, sobretudo em situações nas quais estes adolescentes praticam algum tipo de ato infracional com violência, em detrimento daquelas das quais eles são vítimas. Estes contextos são, de modo geral, naturalizados e não sugerem a mesma importância, sendo banalizados.

Os argumentos a favor da redução da maioria penal, de maneira geral, compreendem a inexistência de uma “**punição adequada**” pautada nos parâmetros do **Código Penal**, expresso declaradamente em 8 (oito) PEC, numa concepção de criminalidade, demonstrando uma não superação do Código de Menores (1979), conforme ressalta Segalin (2008, p. 13):

Identifica-se que a sociedade brasileira é demasiadamente saudosista de um sistema repressor e punitivo, reflexo do período ditatorial, uma vez que apresenta resistências plausíveis acerca da concepção socioeducativa e de reinserção social do adolescente em conflito com a lei, propostas pela Doutrina de Proteção Integral que revogou o famigerado Código de Menores de 1979, marco da vigência da Doutrina

de Situação Irregular. Especificamente no que tange aos adolescentes autores de ato infracional, há uma tendência reducionista em culpabilizar esta população pela elevação nos índices de criminalidade.

Dentre as demais justificativas, 7 (sete) legisladores respaldaram-se numa afirmativa de “não implementação” ou “mal funcionamento” dos princípios fundamentais do ECA (1990), afirmando a **ineficiência do Estatuto**. Somente 3 (três) legisladores atentaram para **má qualidade dos serviços** e situação de vulnerabilidade a qual estão submetidos crianças e adolescentes desde um extenso período histórico, conforme exposto na primeira seção desse estudo. Ainda assim, cientes desse contexto, defendem a redução da maioridade penal como uma medida de proteção da sociedade contra os “menores infratores”. Dessa forma ainda 11 (onze) legisladores utilizam como critério de justificativa para a redução da maioridade penal a **imputabilidade penal em outros países**, citando até 7 anos como idade mínima para responsabilização penal, mas afirmando que essa redução não se aplicaria a realidade do Brasil. Porém, utilizam esses dados para justificar um “progresso” no comparativo com os demais países, consideradas “nações mais avançadas”, como Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, empurrando a legislação de proteção à crianças e adolescentes a um retrocesso, de acordo com Moreira (2011, p. 21):

O rebaixamento da idade penal, se efetivado, constituir-se-á num retrocesso na legislação e nos acordos e convenções internacionais que fundamentam o Princípio da Doutrina da Proteção Integral da criança e do adolescente (SOTTO MAIOR apud LEAL; JUNIOR, 2003, p. 19). É preciso discutir as verdadeiras causas da violência entre os jovens e analisar as estratégias de implementação do Estatuto, especialmente no que tange à proteção social e à execução das medidas socioeducativas.

O argumento da redução da maioridade penal como meio de contenção da violência crescente na sociedade foi utilizado por 22 (vinte e dois) Erroneamente, todas as Propostas de Emendas Constitucionais sobre a redução da maioridade penal culpam os adolescentes infratores pela crescente **criminalidade** presente na sociedade. Portanto cabe o aprofundamento na temática da violência, e sua relação com os adolescentes.

2.2 – A violência na sociedade: adolescentes vítimas ou culpados

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2011), levantou que, na percepção dos brasileiros o

principal problemas do país diz respeito à violência/insegurança (23%)¹⁷. Essa “sensação” de estar vulnerável a violência é condizente com a realidade da nossa sociedade. No entanto, é importante destacar onde essa violência está de fato se propagando.

Moreira (2011, p.80) afirma que:

a recorrência dos discursos do medo e da insegurança da sociedade, ou seja, da necessidade de um controle, constantemente, pede um sistema mais “punitivo”, autoritário, de judicialização e criminalização da pobreza, surgindo como uma das estratégias à redução da idade penal. Isto é evidenciado sempre que ocorrem situações em que figuram adolescentes no cometimento de atos infracionais, sejam eles leves (contra o patrimônio) ou graves (contra a pessoa com ameaça ou violência), nas quais, ganham visibilidade social.

No entanto essa é uma percepção contraditória, já que efetivamente, crianças e adolescentes estão muito mais expostos a situações de violência, do que de fato as praticam. O Mapa da Violência contra crianças e adolescentes no Brasil, de Waiselfisz (2012, p. 8), aponta para índices alarmantes de violência contra crianças e adolescentes, utilizando o conceito do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) do Ministério da Saúde, que descreve violência física como:

atos violentos com uso da força física de forma intencional, não acidental, com o objetivo de ferir, lesar ou destruir a pessoa, deixando, ou não, marcas evidentes no seu corpo. Ela pode se manifestar de várias formas, como tapas, beliscões, chutes, torções, empurrões, arremesso de objetos, estrangulamentos, queimaduras, perfurações, mutilações, etc. (WAISELFISZ, 2012, p. 68).

A tabela 1, segundo Waiselfisz (2012, p. 66) evidencia que em todas as faixas etárias as violências acontecem, de forma preponderante, na residência das vítimas. Diminui na faixa dos 10 aos 19 anos de idade, mas ainda assim, quase 2/3 dos casos ainda acontecem na residência. A partir dos 15 anos de idade, começam a ter incidência secundária a violências acontecidas na via pública.

¹⁷ Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6186&Itemid=33

Tabela 1. Número e % de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violências segundo local de ocorrência e faixa etária das vítimas. Brasil. 2011.

Local de ocorrência	Faixa etária (anos)											
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Residência	1.812	3.884	3.787	5.567	5.991	21.041	67,0	78,1	74,0	62,7	51,4	63,1
Escola	29	140	325	696	373	1.563	1,1	2,8	6,3	7,8	3,2	4,7
Bar	27	10	19	116	458	630	1,0	0,2	0,4	1,3	3,9	1,9
Via pública	207	241	442	1518	3629	6.037	7,7	4,8	8,6	17,1	31,2	18,1
Outros	630	701	547	984	1194	4.056	23,3	14,1	10,7	11,1	10,3	12,2
Total	2.705	4.976	5.120	8.881	11.645	33.327	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Waiselfisz (2012, p.66), disponível em http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceosp/artigos/MapaViolencia_2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf

“A violência física concentra 40,5% do total de atendimentos de crianças e adolescentes, principalmente na faixa de 15 a 19 anos de idade, onde representam 59,6% do total de atendimentos realizados em essa faixa etária” (WASELFISZ, 2012, p. 67). A tabela 2 sinaliza para o índice de reincidência nos atendimentos. Levando a questionar a efetivação das medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tabela 2. Número e % de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) segundo reincidência e faixa etária das vítimas. Brasil. 2011.

Reincidência	Faixa etária (anos)											
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Reincidente	630	1.132	2.025	3.552	3.245	10.584	23,3	22,7	39,6	40,0	27,9	31,8
Não reincidente	2.075	3.844	3.095	5.329	8.400	22.743	76,7	77,3	60,4	60,0	72,1	68,2

Fonte: Waiselfisz (2012, p.66), disponível em http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceosp/artigos/MapaViolencia_2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf

Em 2013, o Mapa da Violência de Waiselfisz apontou índices populacionais referentes ao ano de 2011, no Brasil, de 34,5 milhões de jovens na faixa dos 15 aos 24 anos de idade. Esse quantitativo representa 18,0% do total dos 192,3 milhões de habitantes que o IBGE projetava para o país em 2013. A proporção já foi maior, em 1980, existiam 25,1 milhões de jovens no total dos 118,7 milhões de habitantes, ou seja, eles representavam 21,1% da população. A taxa total de mortalidade da população brasileira caiu de 631 por 100mil habitantes, em 1980, para 608 em 2011, “fato bem evidente na melhoria da esperança de vida da população”. A taxa de mortalidade juvenil manteve-se praticamente estagnada ao longo do período, ainda com um leve aumento, passando de 127 em 1980 para 136 por 100mil jovens em 2011, que o autor aponta como os “novos padrões da mortalidade juvenil” (WASELFISZ, 2013, p. 12).

Waiselfisz (2013, p. 13) apresenta uma evolução histórica da mortalidade violenta no Brasil, entre os anos 1980 e 2011, sendo 1.145.908 vítimas de homicídio, 995.284 vítimas de acidentes de transporte, 205.890 pessoas que se suicidaram, totalizando 2.347.082 vítimas, dados evidenciados na tabela 3.

Tabela 3. Estrutura da Mortalidade: Número e Taxas de Óbito (100mil) segundo Causa. População Total. Brasil, 1980/2011.

Ano	Número						Taxas (por mil habitantes)					
	Total Óbitos	Exter-nas	Trans- porte (1)	Suicí- dios (2)	Homi- cídeos (3)	Violen- tas (1+2+3)	Total Óbitos	Exter-nas	Trans- porte	Suicí- dios	Homi- cídeos	Violen- tas (1+2+3)
1980	750.727	70.212	20.365	3.896	13.910	38.171	630,8	59,0	17,1	3,3	11,7	32,1
1981	750.276	71.833	19.816	4.061	15.213	39.090	619,3	59,3	16,4	3,4	12,6	32,3
1982	741.614	73.460	21.262	3.917	15.550	40.729	599,2	59,3	17,2	3,2	12,6	32,9
1983	771.203	78.008	20.636	4.586	17.408	42.630	610,1	61,7	16,3	3,6	13,8	33,7
1984	809.825	82.386	22.564	4.433	19.767	46.764	627,6	63,9	17,5	3,4	15,3	36,2
1985	788.231	85.845	24.937	4.255	19.747	48.939	598,8	65,2	18,9	3,2	15,0	37,2
1986	811.556	95.968	30.172	4.312	20.481	54.965	604,6	71,5	22,5	3,2	15,3	40,9
1987	799.621	94.421	28.135	4.701	23.087	55.923	584,6	69,0	20,6	3,4	16,9	40,9
1988	834.338	96.174	28.559	4.492	23.357	56.408	599,0	69,1	20,5	3,2	16,8	40,5
1989	815.774	102.252	29.423	4.491	28.757	62.671	575,6	72,2	20,8	3,2	20,3	44,2
1990	817.284	100.656	29.089	4.845	31.989	65.923	567,2	69,9	20,2	3,4	22,2	45,8
1991	803.836	102.023	28.455	5.186	30.750	64.391	547,5	69,5	19,4	3,5	20,9	43,9
1992	827.652	99.130	27.212	5.268	28.435	60.915	556,7	66,7	18,3	3,5	19,1	41,0
1993	878.106	103.751	27.852	5.555	30.610	64.017	579,4	68,5	18,4	3,7	20,2	42,2
1994	887.594	107.292	29.529	5.932	32.603	68.064	577,4	69,8	19,2	3,9	21,2	44,3
1995	893.877	114.888	33.155	6.594	37.129	76.878	573,7	73,7	21,3	4,2	23,8	49,3
1996	908.883	119.156	35.545	6.743	38.894	81.182	578,6	75,9	22,6	4,3	24,8	51,7
1997	903.516	119.550	35.756	6.923	40.507	83.186	566,0	74,9	22,4	4,3	25,4	52,1
1998	931.895	117.690	31.026	6.989	41.950	79.965	576,0	72,7	19,2	4,3	25,9	49,4
1999	938.658	116.894	30.118	6.530	42.914	79.562	572,5	71,3	18,4	4,0	26,2	48,5
2000	946.686	118.397	29.645	6.780	45.360	81.785	557,5	69,7	17,5	4,0	26,7	48,2
2001	961.492	120.954	31.031	7.738	47.943	86.712	557,8	70,2	18,0	4,5	27,8	50,3
2002	982.807	126.550	33.288	7.726	49.695	90.709	562,8	72,5	19,1	4,4	28,5	51,9
2003	1.002.340	126.657	33.620	7.861	51.043	92.524	566,7	71,6	19,0	4,4	28,9	52,3
2004	1.024.073	127.470	35.674	8.017	48.374	92.065	571,8	71,2	19,9	4,5	27,0	51,4
2005	1.006.827	127.633	36.611	8.550	47.578	92.739	546,6	69,3	19,9	4,6	25,8	50,4
2006	1.031.691	128.388	37.249	8.639	49.145	95.033	552,4	68,7	19,9	4,6	26,3	50,9
2007	1.047.824	131.032	38.419	8.868	47.707	94.994	553,4	69,2	20,3	4,7	25,2	50,2
2008	1.077.007	135.936	39.211	9.328	50.113	98.652	568,0	71,7	20,7	4,9	26,4	52,0
2009	1.103.088	138.697	38.469	9.374	51.434	99.277	580,0	72,9	20,2	4,9	27,0	52,2
2010	1.136.947	143.256	43.908	9.448	52.260	105.616	596,0	75,1	23,0	5,0	27,4	55,4
2011	1.170.498	145.842	44.553	9.852	52.198	106.603	608,4	75,8	23,2	5,1	27,1	55,4
Total	29.155.746	3.522.401	995.284	205.890	1.145.908	2.347.082						
Crescimento %												
1980/90	8,9	43,4	42,8	24,4	130,0	72,7	-10,1	18,4	18,0	2,7	89,9	42,6
1990/00	15,8	17,6	1,9	39,9	41,8	24,1	-1,7	-0,2	-13,5	18,8	20,3	5,3
2000/11	23,6	23,2	50,3	45,3	15,1	30,3	9,1	8,7	32,6	28,3	1,6	15,0
1980/11	55,9	107,7	118,8	152,9	275,3	179,3	-3,5	28,5	35,3	56,4	132,1	72,8

Fonte: Waiselfisz (2013, p.17), disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf

Para analisar a estrutura e especificidade evolutiva da mortalidade na faixa jovem, Waiselfisz (2013) divide a população em dois grupos: os jovens – com idade de 15 a 24 anos – e os não jovens – com idade inferior a 15 anos a acima dos 25 anos.

A tabela 4 demarca o período de 1980 a 2011 e destaca o número de óbitos nesse período, bem como as causas destes e em que faixa etária ocorreram. O que se observa é que entre a população jovem os homicídios são responsáveis por 39,3% dos óbitos, enquanto na população não jovem o índice é de 3,0%.

Tabela 4. Estrutura da Mortalidade: Número de Óbitos segundo Causa. População Jovem e Não Jovem. Brasil, 1980/2011.

Ano	População Não Jovem						População Jovem					
	Total Óbitos	Causas Externas	Transporte (1)	Suicídios (2)	Homicídios (3)	Violentas (1+2+3)	Total Óbitos	Causas Externas	Transporte (1)	Suicídios (2)	Homicídios (3)	Violentas (1+2+3)
1980	718.741	53.304	16.036	2.889	9.583	28.508	31.986	16.908	4.329	1.007	4.327	9.663
1981	717.757	54.246	15.502	2.893	10.532	28.927	32.519	17.587	4.314	1.168	4.681	10.163
1982	709.459	55.834	16.561	2.868	10.928	30.357	32.155	17.626	4.701	1.049	4.622	10.372
1983	738.035	59.301	16.151	3.436	12.217	31.804	33.168	18.707	4.485	1.150	5.191	10.826
1984	774.744	62.175	17.622	3.406	13.624	34.652	35.081	20.211	4.942	1.027	6.143	12.112
1985	752.749	64.705	19.522	3.314	13.265	36.101	35.482	21.140	5.415	941	6.482	12.838
1986	773.052	72.238	23.545	3.296	13.619	40.460	38.504	23.730	6.627	1.016	6.862	14.505
1987	762.276	71.341	22.171	3.696	15.426	41.293	37.345	23.080	5.964	1.005	7.661	14.630
1988	796.995	73.039	22.671	3.548	15.766	41.985	37.343	23.135	5.888	944	7.591	14.423
1989	775.363	75.894	23.188	3.508	18.735	45.431	40.411	26.358	6.235	983	10.022	17.240
1990	778.085	75.392	23.159	3.810	21.035	48.004	39.199	25.264	5.930	1.035	10.954	17.919
1991	765.067	77.043	22.428	4.111	20.658	47.197	38.769	24.980	6.027	1.075	10.092	17.194
1992	790.143	75.554	21.632	4.163	19.240	45.035	37.509	23.576	5.580	1.105	9.195	15.880
1993	838.809	78.953	22.063	4.302	20.428	46.793	39.297	24.798	5.789	1.253	10.182	17.224
1994	846.028	80.493	23.085	4.571	21.273	48.929	41.566	26.799	6.444	1.361	11.330	19.135
1995	850.944	86.479	26.146	5.160	24.526	55.832	42.933	28.409	7.009	1.434	12.603	21.046
1996	865.527	89.919	27.875	5.232	25.708	58.815	43.356	29.237	7.670	1.511	13.186	22.367
1997	859.440	89.374	27.940	5.492	26.237	59.669	44.076	30.176	7.816	1.431	14.270	23.517
1998	887.143	87.293	24.301	5.534	26.666	56.501	44.752	30.397	6.725	1.455	15.284	23.464
1999	893.946	86.240	23.447	5.146	27.149	55.742	44.712	30.654	6.671	1.384	15.765	23.820
2000	900.796	86.298	23.156	5.398	27.859	56.413	45.890	32.099	6.489	1.382	17.501	25.372
2001	915.638	88.680	24.328	6.083	29.808	60.219	45.854	32.274	6.703	1.655	18.135	26.493
2002	934.659	91.866	25.727	6.088	30.488	62.303	48.148	34.684	7.561	1.638	19.207	28.406
2003	954.702	92.252	26.119	6.190	31.312	63.621	47.638	34.405	7.501	1.671	19.731	28.903
2004	977.261	93.700	27.664	6.339	29.775	63.778	46.812	33.770	8.010	1.678	18.599	28.287
2005	961.491	94.639	28.473	6.898	29.584	64.955	45.336	32.994	8.138	1.652	17.994	27.784
2006	986.000	95.317	28.824	6.959	31.072	66.855	45.691	33.071	8.425	1.680	18.073	28.178
2007	1.002.314	97.806	29.644	7.222	30.232	67.098	45.510	33.226	8.775	1.646	17.475	27.896
2008	1.030.853	101.953	30.317	7.545	31.792	69.654	46.154	33.983	8.894	1.783	18.321	28.998
2009	1.056.159	104.656	30.057	7.761	32.924	70.742	46.929	34.041	8.412	1.613	18.510	28.535
2010	1.090.163	108.827	34.320	7.793	33.516	75.629	46.784	34.429	9.588	1.655	18.744	29.987
2011	1.123.578	111.506	34.980	8.104	33.762	76.846	46.920	34.336	9.573	1.748	18.436	29.757
Total	27.827.917	2.636.317	778.654	162.755	738.739	1.680.148	1.327.829	886.084	216.630	43.135	407.169	666.934
Crescimento %												
1980/90	8,3	41,4	44,4	31,9	119,5	68,4	22,6	49,4	37,0	2,8	153,2	85,4
1990/00	15,8	14,5	0,0	41,7	32,4	17,5	17,1	27,1	9,4	33,5	59,8	41,6
2000/11	24,7	29,2	51,1	50,1	21,2	36,2	2,2	7,0	47,5	26,5	5,3	17,3
1980/11	56,3	109,2	118,1	180,5	252,3	169,6	46,7	103,1	121,1	73,6	326,1	207,9

Fonte: Waiselfisz (2013, p.18), disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf

As mortes violentas (mortes por acidentes de transporte, suicídios e homicídios) no período de 1980/11 entre a população não jovem alcança o índice de 169,6, enquanto a população jovem alcança 207,9%. Entre os anos 1980/90, 119,5% da população não jovem foi vítima de homicídios, enquanto a população jovem teve o índice de 153,2%. Quando estendemos esse período para 1980/11 o quantitativo de homicídios entre a população não jovens alcança o índice de 252,3%, comparado ao índice de 326,1% entre os jovens. É importante destacar que apesar da real sensação de insegurança da sociedade concernente a situação de exposição à violência, esta violência é mais evidente na população jovem, que está muito mais vulnerável. Há que se levar em conta, que se esses jovens estão tão vulneráveis e de acordo com os índices acima expostos, estão de fato morrendo em maior quantidade, não são estes os únicos culpados pela situação de violência a que a sociedade está submetida. Ou seja, os adolescentes estão morrendo vítimas da violência e parte da sociedade, bem como parte dos legisladores estão preocupados em reduzir a maioridade penal como meio de contenção dessa violência. Uma ideia tão insólita e frágil que não se pode crer como aceita e incorporada pela maioria da sociedade como uma solução para o problema.

A tabela 5 explicita a estrutura de mortalidade com destaque para o índice nas Uniões Federativas e Regiões.

Tabela 5. Estrutura da Mortalidade: Participação (%) das diversas Causas por UF e Região. População Jovem e Não Jovem. Brasil, 1980/2011.

UF/REGIÃO	População Jovem							População não jovem						
	Naturais	Externas	Total	Transporte	Suicídios	Homicídios	Violentas	Naturais	Externas	Total	Homicídios	Suicídios	Transporte	Violentas
Acre	36,8	63,2	100,0	21,4	3,8	25,8	51,1	87,5	12,5	100,0	4,2	1,1	4,0	9,3
Amazonas	28,2	71,8	100,0	15,0	6,3	41,7	63,1	85,4	14,6	100,0	5,4	1,0	5,3	11,7
Amapá	27,4	72,6	100,0	10,1	6,2	48,4	64,7	86,7	13,3	100,0	3,4	0,9	5,8	10,2
Pará	28,3	71,7	100,0	13,1	2,0	49,2	64,3	86,6	13,4	100,0	3,8	0,6	6,3	10,7
Rondônia	25,4	74,6	100,0	30,0	4,6	30,3	64,9	82,8	17,2	100,0	7,6	0,9	5,1	13,6
Roraima	33,6	66,4	100,0	21,0	12,6	21,8	55,5	81,3	18,7	100,0	7,7	1,3	4,7	13,7
Tocantins	31,7	68,3	100,0	29,6	5,3	26,1	61,1	84,6	15,4	100,0	7,0	1,1	4,0	12,1
NORTE	28,6	71,4	100,0	15,7	4,0	43,8	63,4	85,9	14,1	100,0	4,6	0,8	5,7	11,1
Alagoas	16,9	83,1	100,0	11,2	1,6	66,2	79,0	85,8	14,2	100,0	4,1	0,5	7,7	12,3
Bahia	22,9	77,1	100,0	11,7	1,4	51,9	65,0	88,1	11,9	100,0	3,1	0,5	4,5	8,0
Ceará	22,5	77,5	100,0	19,6	5,0	44,5	69,0	88,0	12,0	100,0	3,9	0,9	3,7	8,5
Maranhão	35,5	64,5	100,0	23,0	3,4	30,6	57,0	88,5	11,5	100,0	4,4	0,6	4,2	9,2
Paraíba	23,1	76,9	100,0	15,1	2,8	53,6	71,5	90,6	9,4	100,0	2,7	0,6	4,3	7,6
Pernambuco	24,7	75,3	100,0	16,3	2,5	48,7	67,5	89,5	10,5	100,0	2,9	0,4	3,9	7,2
Piauí	36,3	63,7	100,0	33,2	5,7	17,9	56,8	90,0	10,0	100,0	4,8	1,1	1,9	7,8
Rio Grande do Norte	22,4	77,6	100,0	12,9	4,0	50,1	67,0	89,6	10,4	100,0	3,0	0,8	3,7	7,5
Sergipe	25,3	74,7	100,0	25,1	4,6	40,5	70,2	87,8	12,2	100,0	3,9	0,9	4,5	9,4
NORDESTE	24,6	75,4	100,0	16,7	2,9	47,3	66,9	88,6	11,4	100,0	3,5	0,6	4,2	8,3
Espírito Santo	15,6	84,4	100,0	18,9	1,0	58,8	78,6	86,2	13,8	100,0	4,6	0,8	4,7	10,0
Minas Gerais	26,0	74,0	100,0	24,3	5,1	35,3	64,8	90,6	9,4	100,0	3,2	0,9	2,3	6,4
Rio de Janeiro	29,2	70,8	100,0	14,3	1,6	38,8	54,7	91,0	9,0	100,0	1,8	0,3	2,5	4,6
São Paulo	36,7	63,3	100,0	24,2	5,0	20,4	49,6	92,6	7,4	100,0	2,3	0,6	1,6	4,5
SUDESTE	30,5	69,5	100,0	21,5	3,9	31,6	57,0	91,5	8,5	100,0	2,5	0,6	2,1	5,2
Paraná	20,3	79,7	100,0	27,1	3,3	41,7	72,2	89,3	10,7	100,0	4,0	0,8	3,3	8,0
Rio Grande do Sul	29,5	70,5	100,0	21,7	7,0	32,3	61,0	92,7	7,3	100,0	2,1	1,2	1,8	5,1
Santa Catarina	23,7	76,3	100,0	41,9	5,4	20,7	68,0	90,3	9,7	100,0	4,4	1,3	1,6	7,3
SUL	24,0	76,0	100,0	28,3	4,9	34,4	67,7	91,0	9,0	100,0	3,2	1,0	2,3	6,6
Distrito Federal	24,3	75,7	100,0	16,4	2,3	52,1	70,8	87,7	12,3	100,0	4,0	0,7	4,5	9,2
Goiás	20,4	79,6	100,0	22,9	3,4	45,8	72,1	86,7	13,3	100,0	4,9	0,9	4,8	10,6
Mato Grosso do Sul	26,5	73,5	100,0	28,4	3,3	32,8	64,6	84,7	15,3	100,0	6,0	0,9	4,9	11,8
Mato Grosso	20,4	79,6	100,0	31,0	8,8	29,9	69,7	87,1	12,9	100,0	4,9	1,1	3,5	9,6
CENTRO OESTE	22,5	77,5	100,0	24,3	4,0	41,5	69,8	86,6	13,4	100,0	4,9	0,9	4,5	10,4
BRASIL	26,8	73,2	100,0	20,4	3,7	39,3	63,4	90,1	9,9	100,0	3,1	0,7	3,0	6,8

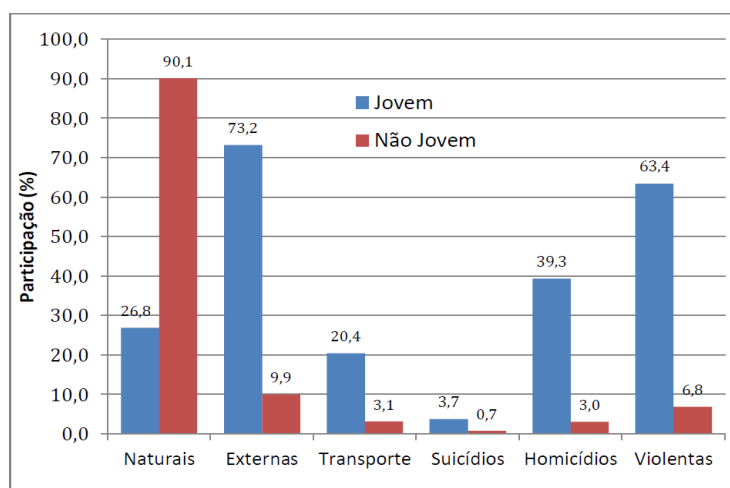
Fonte: Waiselfisz (2013, p.19), disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf

Segundo Waiselfisz (2013, p. 16), “essas são as médias nacionais. Em diversos estados, como Alagoas, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Distrito

Federal mais da metade do total de mortes juvenis foram provocados por homicídio”. Waiselfisz (2012, p. 8) divide as causas das mortes de crianças e adolescentes entre causas naturais – “indicativas de deterioração do organismo ou da saúde devido a doenças e/ou ao envelhecimento” –, e causas externas – “remetem a fatores independentes do organismo humano, fatores que provocam lesões ou agravos à saúde que levam à morte do indivíduo”. Essas causas externas podem ser acidentais, como mortes no trânsito, quedas fatais, etc., e/ou violentas, como homicídios, suicídios, etc..

O gráfico 1 destaca a porcentagem de 90,1% de óbitos por causas naturais entre pessoas “não jovens” e 26,8% entre pessoas jovens. Comparativamente, o número de homicídios 39,3 e mortes violentas de 63,4% entre os jovens supera em disparada o número de 3,0% de homicídios e 6,8% de mortes violentas entre os “não jovens”.

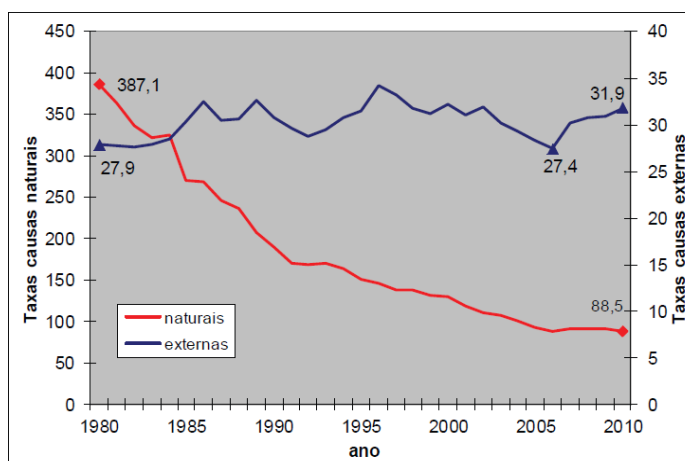
Gráfico 1. Participação % das causas de mortalidade. População Jovem e Não Jovem. Brasil. 2011.



Fonte: Waiselfisz (2013, p.20), disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf

O gráfico 2 apresenta a diminuição da taxa de óbitos por causas naturais em detrimento do aumento na taxa de óbitos por causas externas.

Gráfico 2. Evolução das Taxas de Óbito (em 100 mil) de Crianças e Adolescentes (<1 a 19 anos de idade) segundo Causa. Brasil, 1980/2010.



Fonte: Waiselfisz (2012, p.17), disponível em http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceosp/artigos/MapaViolencia_2012_Criancas_e_Adolescentes.pdf

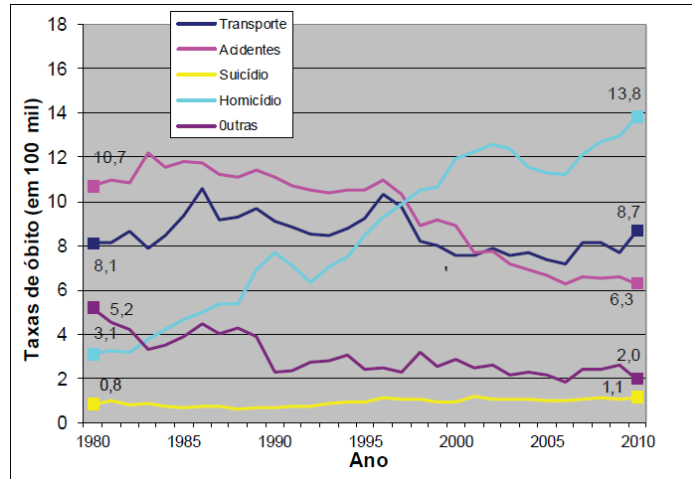
O gráfico 3 destaca o índice de óbitos de 1980 a 2010 expondo a preocupante realidade presente no aumento de homicídios cometidos contra crianças e adolescentes. Dados que vislumbram a realidade de violência atual que preocupa a sociedade e abre espaço para a promoção midiática deturpada de criminalização dos adolescentes em conflito com a lei. Cabe, portanto, enfatizar os dados apresentados por Segalin¹⁸ (2008) que exemplifica que os adolescentes são mais vítimas de homicídios que acusados. Essa iniciativa da mídia nada representa além de uma tentativa vã de promover a culpabilização de um setor vulnerável da sociedade no intuito de explicar e promover uma “solução milagrosa” para uma questão própria e necessária para o sistema capitalista em exercício. Montenegro¹⁹ (2012) afirma com relação aos atos infracionais cometidos por adolescentes que ganham grande repercussão na mídia, trazendo a tona discussões sobre a redução da maioridade penal, que:

Os popularistas penais, tais como os abutres, aproveitam-se dos cadáveres das vítimas, aproveitando-se da dor, da revolta e do sofrimento das suas famílias para defenderem soluções milagreiras, mágicas e que, se adotadas, não teriam nenhuma eficácia repressiva.

¹⁸ A citação refere-se aos dados extraídos de Segalin (2008, p.12), sobre a taxa de homicídios de 4 para 1, entre sofridos e cometido por adolescentes, conforme já abordado na primeira seção do presente estudo.

¹⁹ Artigo disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/reducao-da-idade-penal-e-a-perola-do-popularismo-penal/>

Gráfico 3. Evolução das Taxas de Óbito (em 100 mil) de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos de idade) por causas externas. Brasil, 1980/2010.



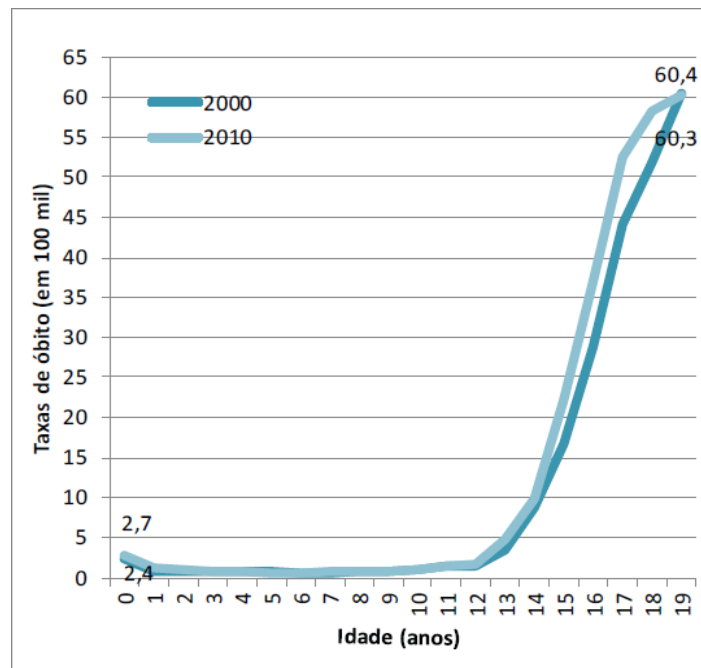
Fonte: Waiselfisz (2012, p.17), disponível em http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceosp/artigos/MapaViolencia_2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf

Waiselfisz (2012) destaca números alarmantes de morte de adolescentes por homicídio, denominado o “*calcanhar de Aquiles* dos direitos humanos no país”, enfatizando que

Essa grande vulnerabilidade se verifica [...] não só pelo preocupante 4º lugar que o país ostenta no contexto de 99 países do mundo, mas também pelo vertiginoso crescimento desses índices nas últimas décadas. As taxas cresceram 346% entre 1980 e 2010, [...], vitimando 176.044 crianças e adolescentes nos trinta anos entre 1981 e 2010. Só em 2010 foram 8.686 crianças assassinadas: 24 cada dia desse ano (WAISELFISZ, 2012, p. 47).

O gráfico 4 demonstra o aumento na taxa de homicídios de crianças e adolescentes, passando de “8.132 – taxa de 11,9 em 2000 – para 8.686 – taxa de 13,8 assassinatos para cada 100 mil crianças e adolescentes do país em 2010” (WAISELFISZ, 2012, p. 47).

Gráfico 4. Evolução das taxas de homicídio (em 100 mil) de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por idades simples. Brasil, 2000-2010.



Fonte: Waiselfisz (2012, p.47), disponível em http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceosp/artigos/MapaViolencia_2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf

Waiselfisz (2013, p. 22) aponta para o índice de homicídios assustador no Brasil, 27,4 homicídios por 100mil habitantes, em comparação com países como a China, com mais de sete vezes o número da população brasileira, e taxa de 1,0 homicídios por 100mil habitantes.

Tabela 6. Número e Taxa de Homicídios (por 100mil) nos 12 países mais populosos do mundo.

País.	Ano	População (milhões)	Homicídios		Fonte
			Número	Taxa (por 100mil)	
China	2010	1.339,20	13.410	1,0	Unodc
Índia	2010	1.184,60	41.726	3,4	Unodc
USA	2010	301,6	16.129	5,3	Whosis
Indonésia	2008	234,2	18.963	8,1	Unodc
Brasil	2010	190,8	52.260	27,4	SIM/MS
Paquistão	2010	170,3	13.208	7,6	Unodc
Nigéria	2008	164,4	18.422	12,2	Unodc
Bangladesh	2010	158,3	3.988	2,7	Unodc
Rússia	2010	142,5	18.951	13,3	Whosis
Japão	2011	125,8	415	0,3	Whosis
México	2011	112,5	24.829	22,1	Whosis
Filipinas	2008	96,1	12.523	13,0	Whosis

Fonte: Waiselfisz (2013, p.22), disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf

Brasil, “país sem disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, conflitos de fronteira ou atos terroristas, foram contabilizados”, no período de 2008 a 2011, “um total de 206.005 vítimas de homicídios, número bem superior aos **12 maiores conflitos armados acontecidos no mundo entre 2004 e 2007**. Mais ainda, esse número de homicídios resulta quase idêntico ao total de mortes diretas **nos 62 conflitos armados desse período, que foi de 208.349**” (WASELFISZ, 2013, p. 21, grifo do autor).

O Massacre do Carandiru, segundo Waiselfisz (2013, p. 22), uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, presídio invadido e rebelião reprimida pela Polícia Militar do estado, em outubro de 1992, resultou na morte de 111 detentos. “O Brasil de 2011 registrou 52.198 vítimas de homicídio. Isso representa 143 homicídios a cada dia desse ano. Bem mais que um Carandiru diário. Aproximadamente, um Carandiru cada 19 horas”. Destaca ainda que pouco tempo depois aconteceria a Chacina da Candelária, em julho de 1993, “quando policiais abriram fogo contra um grande número de crianças que dormia no entorno da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro”. “Morrerem oito crianças e adolescentes entre 11 e 19 anos de idade. No Brasil de 2011 o SIM registrou 18.436 jovens assassinados: 51 a cada dia do ano. Isto é, acima de oito Chacinas da Candelária diária”.

“Uma das características, já históricas, dessa violência homicida, é a elevada vitimização masculina: os homicídios de crianças e adolescentes do sexo feminino representam em torno de 10% do total das vítimas nessa faixa” (WASELFISZ, 2012, p. 49).

O número de vítimas brancas caiu de 18.867 em 2002 para 13.895 em 2011, representando um decréscimo de 26,4%. Já as vítimas negras cresceram de 26.952 para 35.297 no mesmo período, implicando um aumento de 30,6%. Assim, a participação branca no total de homicídios do país cai de 41% em 2002 para 28,2% em 2011, e a participação negra, que já era elevada em 2002, 58,6% cresce para 71,4%. “Com esse diferencial a vitimização negra passa de 42,9% em 2002 – nesse ano morrem proporcionalmente 42,9% mais vítimas negras que brancas – para 153,4% em 2011, num crescimento contínuo, ano a ano, dessa vitimização” (WASELFISZ, 2013, p. 84), de acordo com tabela e gráfico abaixo.

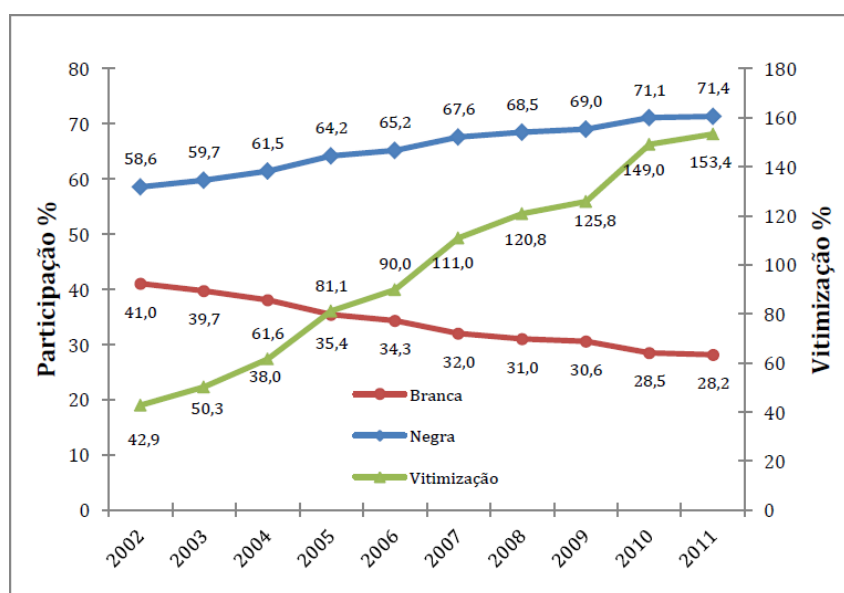
Tabela 7. Evolução do número de homicídios, da participação e da vitimização por raça/cor das vítimas na população total. Brasil,

2002/2010.

Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Ama- rela	Indí- gena	Total	Participação (%)		Vitimi- zação(%)
								Branca	Negra	
2002	18.867	4.099	22.853	26.952	103	75	45.997	41,0	58,6	42,9
2003	18.846	4.657	23.674	28.331	178	78	47.433	39,7	59,7	50,3
2004	17.142	4.153	23.549	27.702	139	71	45.054	38,0	61,5	61,6
2005	15.710	3.806	24.648	28.454	81	93	44.338	35,4	64,2	81,1
2006	15.753	3.949	25.976	29.925	91	125	45.894	34,3	65,2	90,0
2007	14.308	3.921	26.272	30.193	45	144	44.690	32,0	67,6	111,0
2008	14.650	3.881	28.468	32.349	74	153	47.226	31,0	68,5	120,8
2009	14.851	3.875	29.658	33.533	60	135	48.579	30,6	69,0	125,8
2010	14.047	4.071	30.912	34.983	62	111	49.203	28,5	71,1	149,0
2011	13.895	4.155	31.052	35.207	69	138	49.309	28,2	71,4	153,4
Total	158.069	40.567	267.062	307.629	902	1.123	467.723	33,8	65,8	94,6
Δ%	-26,4	1,4	35,9	30,6	-33,0	84,0	7,2	-31,3	21,9	

Fonte: Waiselfisz (2013, p.83), disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf

Gráfico 5. Participação % de brancos e negros no total de homicídios do país e índice (%) de vitimização negra. Brasil, 2002/2011.



Fonte: Waiselfisz (2013, p.85), disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf

Soares (2004) afirma que no Brasil vem ocorrendo um verdadeiro genocídio de jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos e aponta ainda para um *déficit* de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica do país, que só se verifica em sociedades que estão em guerra. O desemprego, a degradação da autoestima e a falta de acesso à educação e lazer são fatores que expõe as crianças e adolescentes à situação de violência e criminalidade; e são justamente nas periferias, onde a população se encontra em maior

vulnerabilidade social e falta de acesso a bens e serviços públicos de garantia de qualidade de vida, que a situação de violência se agrava, e ainda segundo Soares (2004, p. 131), há o índice de 45 mil brasileiros assassinados por ano, sendo constatada a maioria destes em comunidades empobrecidas.

A situação de vulnerabilidade social associada à invisibilidade, principalmente no que tange aos adolescentes negros e pobres, que são mais frequentemente vítima dos estigmas e preconceitos da sociedade. “O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos”, sendo esta a maneira mais eficiente de tornar alguém invisível (SOARES, 2004, p. 132).

Outra forma de invisibilidade é causada pela indiferença, que consiste em não enxergar determinadas situações as quais deveríamos intervir, como no caso de crianças e adolescentes expostos à falta de moradia, alimentação, convívio familiar, educação, entre outros. Quando deixamos de enxergar essas situações de violência tornamos estas crianças e adolescentes invisíveis e, a nós, alienados. “A invisibilidade é uma carreira que começa cedo, em casa, pela experiência da rejeição, e se adensa, aos poucos, sob o acúmulo, de manifestações sucessivas de abandono, desprezo e indiferença, culminado na estigmatização” (SOARES, 2004, p. 138). E defende que esta invisibilidade não atinge somente pessoas em situação de pobreza, mas que estas estão mais suscetíveis, visto a dificuldade de organizar o tempo de permanência em casa, com os filhos, devido a necessidade de uma maior jornada de trabalho e insegurança quanto ao desemprego, associada a menor chance de contar com apoio terapêutico nos momentos de crise comuns nos períodos de transição da adolescência.

Sendo a adolescência um período de construção da identidade do ser social, este tende a ser o momento em que os adolescentes buscam se igualar, pertencer a tribos e grupos. E um adolescente em situação de invisibilidade quer ser enxergado da mesma forma em que um adolescente de classe média, muitas vezes, pelo consumo de roupas e tênis de determinadas marcas, populares entre os jovens.

O interesse por uma camisa de marca, pelo tênis de marca, corresponde a um esforço para ser diferente e para ser igual, para ser *diferente-igual-aos outros*, isto é, igual àqueles que merecem a admiração das meninas (e da sociedade ou dos segmentos sociais que mais importam aos jovens – o que também varia, é claro). (SOARES, 2004, p. 137).

Ainda segundo o autor, a identidade só existe no espelho e o espelho é o olhar do outro, e quando esse outro nos olha, nos enxerga, deixamos de ser invisíveis. Outra tentativa de romper com a invisibilidade desponta para situações de violência. Esses adolescentes

estigmatizados, por vezes com pouca escolaridade e poucas oportunidades de emprego, na sua busca por se igualar aos adolescentes “normais”, deparam-se com a possibilidade do conflito com a lei; por exemplo, através do assalto a mão armada, encontra neste delito um meio de romper com a invisibilidade, de ser visto, ainda que de forma temerosa e, assim, “a arma se torna o passaporte para a visibilidade” (SOARES, 2004, p. 141). Consiste numa forma de se impor, com superioridade, e, segundo Soares (2004, p. 142) “o jovem troca seu futuro, sua alma, seu destino, por um momento de glória, um momento fugaz de glória vã; seu futuro pelo acesso à superfície do planeta, onde se é visível”.

Esse ato do adolescente armado, segundo Soares (2004, p. 146) é um contrassenso, porque de fato é uma atitude errada e nada aproveitável, no entanto, este é gesto de força e desespero compreensível – não justificável que carrega um significado trágico: “o rapaz pede socorro, o menino apela à minha sensibilidade, o garoto clama por uma centelha de humanidade que ilumine nossa relação e estenda entre nós a passagem para a travessia, o canal para a comunicação, o território para a recepção acolhedora”. Apontando a arma o adolescente provoca o ódio e comprova a verossimilhança dos preconceitos. A violência começa com o cárcere privado, prendendo a cabeça e o coração na armadilha do preconceito, com a perseguição da polícia que culmina com a morte ou morte simbólica pela institucionalização. Um ciclo nada proveitoso que se repete, onde se perde dinheiro e desperdiçam vidas (SOARES, 2004, p. 147).

Ainda segundo Soares (2004, p. 148), o dinheiro obtido no assalto se troca pelo tênis ou camisa de marca, notabilizando um “*pedigree*”, já que o importante não é o vestuário, mas a marca, na busca de reconhecimento e valorização, “o fio da meada que nos trouxe da grana ao símbolo, da natureza utilitária da violência à sua dimensão afetiva e psicológica. Eis-nos, de volta, uma vez mais, à invisibilidade e aos métodos tortos de resistência”. Esta consiste numa linha de observação não universal e há casos peculiares, com outras características, e não se deve excluir a importância do dinheiro.

Guerra e paz, não há inocência: em ambos os casos, assim como em suas derivações cotidianas – violência e cooperação –, as sociedades adestram seus filhos para produzi-las. Soldados ou militantes de ONGs pacifistas, assaltantes ou monges tibetanos, golpistas ou frades franciscanos, esse elenco e os tipos medianos, todos foram adestrados para assumir posições que as sociedades produzem e as culturas oferecem, valorizando-os, estimulando-os ou os depreciando. De vez em quando alguém inova e alarga o espectro dos personagens possíveis. Mesmo a invenção original acaba se referindo ao repertório tradicional. São variações em torno dos mesmos temas (SOARES, 2004, p. 157).

Waiselfisz (2012) defende que a “naturalização” e aceitação da violência se dá por mecanismos como a culpabilização da vítima, principalmente advindas de setores subalternos e mais expostas a situação de vulnerabilidade social. Os castigos físicos e morais também se justificam na medida em que são considerados disciplinadores.

Se o assassinato de qualquer criança ou adolescente já é inadmissível, que qualificativo merecem muitas de nossas taxas, que superam de longe os níveis epidêmicos para alcançar dimensão de verdadeira pandemia social. Claro indicador dessa situação é a posição do Brasil no contexto internacional. Sua taxa de 13 homicídios para cada 100 mil crianças e adolescentes a leva a ocupar uma 4ª posição entre 92 países do mundo analisados, com índices entre 50 e 150 vezes superiores aos de países como Inglaterra, Portugal, Espanha, Irlanda, Itália, Egito, etc. cujas taxas mal chegam a 0,2 homicídios em 100 mil crianças e adolescentes. E preocupam não só as magnitudes. Preocupa mais ainda a tolerância e aceitação tanto da opinião pública quanto das instituições precisamente encarregadas de enfrentar esse flagelo. (Waiselfisz, 2012, p. 79)

O documento do Ministério da Saúde intitulado “VIOLÊNCIA contra a criança e o adolescente” (1997, p. 9) atenta para o conceito de violência estrutural, que vitimiza inúmeras crianças e adolescentes no Brasil, característica de uma sociedade marcada por profundas desigualdades na distribuição da riqueza social. O documento atenta para a probabilidade de crianças e adolescentes “sofrerem cotidiana e permanentemente a violação de seus direitos humanos mais elementares devido ao profundo processo de espoliação a que são submetidas: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à segurança, ao lazer, entre outros”.

Existe uma violência estrutural, que se apoia socioeconômica e politicamente nas desigualdades, apropriações e expropriações das classes e grupos sociais; uma violência cultural que se expressa a partir da violência estrutural, mas a transcende e se manifesta nas relações de dominação raciais, étnicas, dos grupos étnicos e familiares; uma violência da delinquência que se manifesta naquilo que a sociedade considera crime, e que tem que ser articulada, para ser entendida, à violência da resistência que marca a reação das pessoas e grupos submetidos e subjugados por outros, de alguma forma (Minayo; Assis *apud* BRASIL, 1997, p. 8).

Dentro desse contexto de exclusão social ao qual estão submetidos às crianças e adolescentes no Brasil, frequentemente vemos a inimizabilidade penal associada à impunidade. Segalin (2008, p. 44) afirma que “a inimizabilidade é condição que caracteriza a criança e o adolescente, sujeitos às normas e mecanismos de responsabilização estabelecidos pela legislação especial diante da incompatibilidade de atribuição de penalidade segundo as normas gerais da lei penal”. Essa responsabilização através de uma legislação especial se difere da impunidade, em seu sentido estrito de passar impune. O princípio de inimizabilidade está pautado no artigo 227 da Constituição de 1988, que entende as crianças

e adolescentes como sujeitos em desenvolvimento, não devendo ser expostos a qualquer tipo de negligência que possa causar danos ao seu desenvolvimento físico e psíquico. Moreira (2011, p. 31) aponta que esta discussão acerca da redução da idade penal manifesta “a discussão disciplinadora e conservadora da sociedade, difundida por setores da mídia, juízes e políticos que se opõem e fazem restrições a direitos já consagrados e garantidos aos jovens”.

[...] embora inimputáveis frente ao Direito Penal Comum, os adolescentes são imputáveis diante das normas da lei especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, respondem penalmente, face ao nítido caráter retributivo e socioeducativo das respectivas medidas, o que se apresenta altamente pedagógico sob o ângulo dos direitos humanos de vítimas e vitimizadores [...] respostas justas e adequadas são de boa política criminal, insurgindo como elementos indispensáveis à prevenção e à repressão da delinquência. (SARAIVA, 1999, p. 40 *apud* SEGALIN, 2008, p. 44)

A situação de violência em que a sociedade se insere e que serve de justificativa as propostas de redução da maioridade penal não escapam aos adolescentes. Montenegro (2012) defende que o aumento da pobreza resulta no aumento da violência, e que as pessoas responsáveis pelo que o autor chama de “polarização da sociedade” são as mesmas que pedem maior repressão aos setores vulneráveis da sociedade. Acrescenta ainda que estes “querem mais mortos e, entre os infratores e policiais, mais “guerra”. No final, eles são invulneráveis a essa violência. A “guerra” que pedem é a “guerra” entre pobres e/ou contra os pobres” (MONTENEGRO, 2012). O popularismo penal propicia o descrédito da justiça por parte da população, segundo Montenegro (2012):

Outra propaganda enganosa, bem ao gosto dos popularistas penais na defesa da redução da idade penal, é a de que não existe justiça para os menores de 18 anos que cometem crimes, imperando, assim, a impunidade. Essa falácia foi refutada de modo inquestionável pela a Promotora de Justiça da Infância e da Juventude Beatriz Regina Lima de Mello, ao demonstrar que, se tomarmos como exemplo os maiores de idade que cometem crimes dolosos contra a vida, que vão a júri popular, como os homicídios: 50% deles são absolvidos e, dos que são condenados, a pena gira em torno de 9 anos de prisão. Se considerarmos que, cumpridos 1/6 da pena, poderá haver a progressão de regime, então, após um ano e oito meses em regime fechado, o condenado poderá ser colocado em liberdade. Enquanto que, por outro lado, os homicídios praticados por adolescentes têm um índice de condenação superior a 80% e a manutenção dos mesmos em regime fechado dificilmente é inferior a 3 anos. (MONTENEGRO, 2012)

Chauí (2011, p. 378) salienta que a sociedade brasileira vive uma mitologia da não violência, que faz com que a violência não seja percebida, e não percebida, se torna naturalizada. Ainda define violência, “como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações

sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural”. A sociedade brasileira é estruturalmente violenta, por suas “desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionalismo das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política”.

2.3 - A responsabilização das famílias e suas relações com a Proteção Social

Passetti (1991) defende que o Estado brasileiro transformou as crianças e adolescentes em problema social desde a greve geral promovida pelos anarquistas em 1917. Aponta ainda para a triste realidade das escolas insuficientes e a falta de recursos contribuem que, por vezes, a merenda escolar seja o único meio de obtenção de alimentos. Desta forma,

sob este cenário quanto mais as escolas e creches falham, mais fortes se tornam os argumentos em favor dos internatos. Os infratores ainda são vistos como resultado de famílias fracassadas, incapazes de serem contidos e educados nas escolas, instabilizadores de internatos como os da Febem, e, por fim, como pequenas encarnações do mal (PASSETTI, 1991, p. 365)

O Estatuto da Criança e do adolescente (1990) dimensiona o papel do Estado de forma a atuar como regulador, reduzindo sua atuação na esfera do atendimento e abrindo espaço para o terceiro setor²⁰. Ainda com base em Passetti, a redução das políticas sociais deixa mais evidente a pobreza existente e os pobres permanecem vistos como infratores em potencial.

Nesta ótica a família ganha um peso extremo como versa o artigo 226 da Constituição Federal de 1988, que descreve a família como base da sociedade e como tal, conta com especial proteção do Estado. O artigo subsequente define que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição Federal, 1988, art. 227).

A família é tida como um “recurso fundamental para construção da sociabilidade e preservação do tecido social”. (MIOTO, 2006, p. 47) A ausência do Estado impõe às famílias

²⁰ Menezes (2010, p.504) define Terceiro Setor “num contexto histórico de ações paliativas e pontuais, a iniciativa privada foi incentivada pelo Estado a atuar no campo da prestação de serviços sociais. [...] seriam responsabilidades do Estado, a iniciativa privada reforça o discurso da ineficiência governamental — mesmo que seu financiamento muitas vezes seja proveniente dele”.

a responsabilidade por seus membros, já que a família é o palco das grandes manifestações das expressões da Questão Social.

Mioto (2006, p. 47) aponta para um:

Pluralismo liberal centrado na ideia de transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil, através do processo de descentralização calcado na ótica da privatização. Essa concepção redundava em restrição ou destituição dos direitos sociais conquistados e prevê a aplicação do modelo residual de políticas públicas.

Ou seja, de acordo com a lógica neoliberal vigente desde o Consenso de Washington, em 1989, o Estado delega maiores responsabilidades às famílias e atua somente como um regulador de conflitos entre família e mercado, através de políticas sociais fragmentadas voltadas aos membros familiares como a criança, o adolescente, o idoso, a pessoa com deficiência, separadamente, sem o entendimento de que qualquer destes segmentos afeta a família numa totalidade.

Na concepção de Sarti (2003, p. 29) a família onde o homem, considerado o chefe da família, se encontra em situação de desemprego está mais exposta a questões de violência decorrentes de questões econômicas. A autora ainda aponta para um “universo simbólico dos pobres” em que a divisão de gênero está bem estabelecida entre casa e família, implicando numa diferenciação dos papéis que homem e mulher desempenham, enquanto casal, e descreve ainda que:

O homem se sente *fracassado*, e a mulher vê rolar por água abaixo suas chances de ter alguma coisa através do projeto do casamento. Se a vulnerabilidade feminina está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem [...], o lugar central do homem na família, como trabalhador/provedor, torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações escapam a seu controle. Este fato torna-se particularmente grave no caso da população pobre, exposta à instabilidade estrutural do mercado de trabalho que a absorve. (SARTI, 2003, p. 29)

Mioto (2008) traz uma retrospectiva histórica da família, que descreve a Proteção Social como ações solidárias asseguradas pela família, igreja e os senhores feudais. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista ocorre a separação entre a casa e a rua, entre o público e o privado, bem como a divisão de tarefas entre homem e mulher, onde o homem desempenha o papel de chefe da família e provedor e a mulher cabe o papel de chefe da casa e cuidadora dos familiares. No capitalismo, mercado e família são os responsáveis pelo bem-estar coletivo e pelo agravamento da Questão Social, através da precarização do trabalho e maior desproteção das mulheres, crianças, idosos, deficientes, entre outros,

respectivamente. Essas mudanças fizeram com que o Estado atuasse como regulador das relações entre demandas sociais e a economia.

Gueiros (2002) afirma que “à medida que o Estado restringe sua participação na ‘solução’ de questões de determinados segmentos [...] a família tem sido chamada a preencher esta lacuna, sem receber dos poderes públicos a devida assistência para tanto”.

A importância de ter em perspectiva a situação imposta à família consiste no fato de que esta tem assumido o enfrentamento de questões como dos adolescentes em conflito com a lei. O ideal neoliberal de mínimas atribuições do Estado no que tange à área social incentiva o sentimento de família como base da sociedade e responsável pela garantia de bem-estar dos seus.

As famílias em situação de vulnerabilidade social são, também, fortemente culpabilizadas pela sociedade e, também, mais invadidas pelo Estado, já que estas são mais frequentemente abordadas. Sobre a interferência do Estado no bojo dos conflitos familiares, Miotto (2006, p. 50) afirma que este:

coloca em choque dois direitos, o direito à privacidade e o direito à proteção [...]. As famílias pobres, ‘desestruturadas’, são mais facilmente visitadas, por um assistente social, para verificar suspeitas de violência, educação inadequada. As famílias consideradas ‘normais’ conseguem defender com mais facilidade a sua privacidade, esconder com mais sucesso as suas violências e buscar alternativas de soluções sem publicização.

Dessa forma, cabe evidenciar a responsabilidade do Estado frente à questão da vulnerabilidade social a que estão expostos crianças e adolescentes no Brasil. Dornelles (2013, p. 138) defende que “a violência se alimenta das desigualdades”, já que “a violência se expande a partir dos novos processos econômicos que levam à exclusão e ao aumento da miséria, como também se desenvolve no quadro de fragmentação cultural estimulada pela globalização econômica”. Portanto a violência contemporânea surge em meio às carências e ausências do Estado, como um instrumento que visa facilitar o exercício de atividades ilícitas, como tráfico de drogas, de mulheres, de crianças, etc. E essa “privatização da violência [...] passa a ter fins de acumulação de capital” (DORNELLES, 2013, p. 145).

Ou seja, esse processo de violação de direitos tem, por vezes, um caráter de lucratividade para alguns setores da sociedade, lucro que não privilegia a população mais economicamente fragilizada, que atua no comércio de drogas dos bairros, mas os grandes criminosos desse país que utilizam o tão conhecido “colarinho branco” como proteção e omissão frente a justiça que duramente pune a parte mais “fraca” dessa atividade criminal.

Essa criminalização necessária à manutenção do sistema faz com que esses jovens sejam rapidamente substituídos e assim, mais jovens são cooptados para o tráfico, fazendo com que inevitavelmente, dia-a-dia, percamos mais crianças e adolescentes, cada vez mais precocemente para a criminalidade advinda da globalização econômica.

2.4 - Medidas socioeducativas e Serviço Social

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990, art. 98) em seu primeiro capítulo prevê medidas de proteção à criança e ao adolescente, “aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nessa Lei forem ameaçados ou violados”. O capítulo III que prevê a prática de ato infracional, determina que a criança (até os doze anos incompletos) seja atendida de acordo com o estabelecido pelo artigo 101 – medidas de proteção – enquanto aos adolescentes (de doze a dezoito anos), apesar de penalmente inimputáveis, quando em conflito com a lei são punidos através de uma ação educativa, com caráter pedagógico, expressa através das medidas socioeducativas, com intento de reeducar e ressocializar esses adolescentes.

As medidas socioeducativas previstas nos ECA (1990, art. 112) são advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional, além das medidas de proteção. O artigo 103 do ECA (1990) considera como ato infracional “a conduta descrita como crime ou contravenção penal”.

Segundo Brasil (2004, p. 12,13):

Deve-se sempre ter presente que as políticas públicas destinadas à infância e adolescência podem ser agrupadas em três segmentos distintos:

1. Políticas Sociais Básicas, definidas no artigo 4º do ECA (saúde, alimentação, habitação, educação, esporte, lazer, profissionalização e cultura);
2. Políticas de Proteção Especial, conforme os artigos 101, 129, 23 - parágrafo único e artigo 34 do ECA (orientação, apoio e acompanhamento temporários, regresso escolar, apoio sócio-familiar e manutenção de vínculo, necessidades especiais de saúde, atendimento a vítimas de maus tratos, tratamento de drogadição, renda mínima familiar, guarda subsidiada e abrigo);
3. Políticas Socioeducativas [...], descritas a partir do artigo 112 do Estatuto (Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, Semiliberdade e Internação).

Compondo um atendimento integrado e intersetorial, porque, de acordo com o mesmo estudo, as medidas socioeducativas “são subsidiárias às demais políticas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente” (BRASIL, 2004, p. 12), já que o objetivo dessas medidas consiste em diminuir a vulnerabilidade do adolescente em conflito com a lei, evitando novas

práticas de atos infracionais e atribuindo responsabilidades legítimas aos órgãos e esferas do Poder Público. Portanto, segue um demonstrativo do ideal das atribuições das diferentes esferas estatais no atendimento dos adolescentes em conflito com a lei.

Quadro 2. Demonstrativo ideal das atribuições dos órgãos e esferas do Poder Público com referência às medidas socioeducativas:

Medidas Socioeducativas	União	Estados	Municípios
Advertência	Legisla e Normatiza (destaque às Resoluções do CONANDA)	Legisla supletivamente, Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Estaduais) e executa por meio do Poder Judiciário	Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Municipais)
Obrigação de Reparar o Dano			
Prestação de Serviços à Comunidade	Legisla, Normatiza (destaque às Resoluções do CONANDA) e Financia	Legisla supletivamente, Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Estaduais); Executa subsidiariamente ao Município; e Fiscaliza por meio do Poder Judiciário	Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Municipais) Financia e Executa, podendo haver participação da ONG's
Liberdade Assistida		Legisla supletivamente, Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Estaduais); Executa subsidiariamente ao Município; e Fiscaliza por meio do Poder Judiciário	Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Municipais) Financia e Executa, podendo haver participação da ONG's
Semiliberdade		Legisla supletivamente, Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Estaduais); Executa e Fiscaliza através do Poder Judiciário	Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Municipais) e Executa em co-gestão com o Estado
Internação		Legisla supletivamente, Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Estaduais); Executa e Fiscaliza através do Poder Judiciário	Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Municipais) e Executa em co-gestão com o Estado

Fonte: Brasil (2004, p. 22) disponível em <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/Guia-MedidasSocioeducativas.pdf>

Embora pautada nos padrões ideais de responsabilização do Poder Público, as esferas citadas no quadro acima não estão efetivamente concretizadas na realidade de inserção dos programas de socioeducação de adolescentes em conflito com a lei.

Segalin (2008, p. 114) realizou um estudo sobre o funcionamento do Sistema Socioeducativo em São Miguel do Oeste - SC, e apresenta como um forte agravante a inexistência de recursos financeiros, humanos e pedagógicos para assegurar a estrutura, funcionamento, gestão e execução das medidas socioeducativas com eficácia; insuficiente

capacitação dos agentes do sistema socioeducativo, desintegração e refluxo das instâncias que compõe o sistema, indicadores da inexistência de uma rede de atendimento socioeducativo.

Essa retração do Estado no financiamento de recursos financeiros para operacionalização das medidas socioeducativas, retrata o preconceito existente na sociedade e nos gestores referente aos adolescentes infratores. Segalin (2008, p. 115) enfatiza uma resistência no investimento de recursos para a área infanto-juvenil, já que o município seleciona as demandas para aplicação desses recursos, e a inexistência de investimento financeiro na problemática do conflito com a lei, já que o município se exime da responsabilidade.

De acordo com entrevistas de agentes do sistema socioeducativo realizadas por Segalin (2008, p. 116,117), os gestores, na opinião dos agentes, consideram os investimentos nessa área como um desperdício, “*dinheiro público mal aplicado*”, deixando transparecer claramente o preconceito e discriminação que sofrem os adolescentes ditos “*marginalzinhos*”, que o atendimento socioeducativo destes, não desperta o interesse dos gestores porque “*não dá voto*”. Certamente, essa não consiste numa problemática exclusiva do município de São Miguel do Oeste. Rizzini (2008, p. 14) afirma que:

sem dotação apropriada e passando por contingenciamentos de verbas de até 60%, o que aconteceu entre 2003 e 2005, é inócuo prosseguir (CTV/NEV/USP, 2007). São fatos incabíveis em um país onde a Constituição Federal elegeu a criança e o adolescente como prioridade absoluta.

De acordo com Segalin (2008, p. 117):

Da mesma forma, os investimentos na área de segurança pública são irrisórios, pontuais e equivocados, pois não pretendem a mudança efetiva da realidade, apenas remediar o problema, abafar os anseios societários, mantendo inalteradas as estruturas de ilegalidades, que com certeza, beneficiam financeiramente uma parcela populacional dominante.

Pressupondo maior eficácia do sistema de atendimento socioeducativo, os profissionais são, de maneira geral, orientados a atuar em varas específicas, delegacias especializadas ou que sejam nomeados para o exercício específico da função. Mas ao discorrer sobre os procedimentos de apuração do ato infracional estabelecidos pelo ECA (1990), destacando sua perspectiva pedagógica, Segalin (2008, p. 113, 114), alerta para o fato de que “a maioria dos municípios brasileiros não dispõe de estrutura jurídico-administrativa e assistencial exclusiva para os adolescentes, oferecendo assim, a mesma estrutura que operacionaliza a punição em decorrência de crime praticado por adulto”. Destacando que em

municípios de pequeno e médio porte do Brasil “os mesmos agentes destas instituições são responsáveis por atender as demandas do direito do adulto, concomitantemente, e às vezes secundariamente, o Direito da Criança e do Adolescente”.

Somente com a aprovação do SINASE em 2006 se estabeleceu um desenho de uma política pública que serve de base para o atendimento do adolescente em conflito com a lei. Mas ainda há dificuldade de implementação, devido à inexistência de estrutura operacional. “Se não há recursos, se inexistem programas, se os profissionais não estão capacitados, como esperar que ao adolescente autor de ato infracional seja assegurado atendimento que coadune responsabilização e garantia de direitos?” (SEGALIN, 2008, p. 127).

De acordo com Rizzini (2008, p. 14):

O SINASE, Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo, (SEDH/CONNDA, 2006) foi o instrumento pensado para resgatar certas diretrizes “esquecidas” do ECA, soterradas em séculos de uma cultura de internação e de tendências atuais inspiradas em modelos de “Tolerância Zero”. O SINASE prioriza o meio-aberto em detrimento do aprisionamento, a garantia da educação para os adolescentes nas unidades, o compromisso com os direitos humanos, estabelece uma maior coordenação entre União, estados e municípios – enfim, reafirma o Estatuto.

A desqualificação profissional associada à sobrecarga de atividades e falta de estrutura financeira, pedagógica e de políticas públicas são obstáculos para o processo socioeducativo (SEGALIN, 2008, p. 127). Segundo Silva (2003, p. 2) “o combate à violência pressupõe, também, o acúmulo de conhecimentos sobre seus mecanismos de produção e reprodução”. Os profissionais que atuam diretamente com a questão do adolescente infrator de fato têm qualificação profissional advinda da formação profissional de curso superior, no entanto, essa qualificação não supre a necessidade de capacitação. Os profissionais precisam “investir em seu preparo teórico-prático para estimular uma relação crítico-criadora com a realidade e com as demandas inicialmente apontadas por ela” (SILVA, 2003, p. 2). Segundo Segalin (2008) esta é uma demanda profissional dos profissionais do sistema socioeducativo, que apontam para a falta de organização e articulação do poder executivo para promover e estimular ambientes de formação e capacitação que propiciem um atendimento mais qualitativo e menos imediatista, com vistas a uma promoção de mudança de realidade ampla. Propiciar uma atuação profissional longe da lógica criminalista de responsabilização da família e dos adolescentes. Um atendimento que proporcione a mudança efetiva da realidade social, já que muito claramente a questão da infância e adolescência vem sendo tratada de forma periférica, extremamente setorializada no âmbito das políticas públicas, tendo por base uma entrevista apresentada em Segalin (2008, p. 134), onde um conselheiro tutelar descreve “*é mais no foco*

da responsabilização. Eu vejo que ele é mais cobrado do que ajudado, por isso que ele volta a cometer o ato novamente”.

Segundo Rizzini (2008, p. 9):

O Estatuto assegura direitos às crianças e aos adolescentes. Ao adolescente autor de ato infracional são destinadas medidas de caráter sócio-educativo e também protetivas. O cometimento de delito não faz cessar o direito nem mesmo durante o tempo da medida de restrição de liberdade; ao contrário, o que se recomenda é que a medida socioeducativa seja uma possibilidade de retomada da cidadania do adolescente e de reafirmação dos seus direitos, que em geral foram violados precocemente.

O funcionamento das medidas socioeducativas dispostas aos adolescentes em conflito com a lei, “a condição intersubjetiva de ‘sujeito’, que não limita o exercício dos direitos, ao contrário, deveria constituir para o adolescente, uma porta de acesso à sua garantia”. Mas que essa é uma porta de acesso às avessas, porque implica na fragilidade da condição de ser social desse adolescente, que conhece seu direito de sociabilidade através de uma fragilidade relacionada ao conflito com a lei, ganhando visibilidade numa situação limite. Essa deve ser de fato, a principal fragilidade do Sistema Socioeducativo. “E mesmo nessa situação flagrante, suas necessidades humanas e sociais tendem a ser desconsideradas, sobrepostas por medidas paliativas e pontuais à conduta infracional em detrimento da ‘proclamada’ prioridade de acesso aos direitos” (SEGALIN, 2008, p. 113).

Segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE:

a realidade dos adolescentes brasileiros, incluindo aqueles no contexto socioeducativo, exige atenção do Estado e evidencia a necessidade de uma agenda de urgências no sentido de se efetivar políticas públicas e sociais e, sobretudo, ampliar os desafios para a efetiva implementação da política de atendimento socioeducativa. (BRASIL, 2006, p. 19).

De acordo com Rocha (2002, *apud* Brasil 2006, p. 19), há no país 9.555 adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação e internação provisória, sendo 90% do sexo masculino, 76% com idade entre 16 e 18 anos, 63% não brancos e destes, 97% afrodescendentes. 51% não frequentavam a escola, 90% não concluíram o Ensino Fundamental e 49% não trabalhavam. 81% viviam com a família quando praticaram o ato infracional, 12,7% viviam em famílias que não possuíam renda mensal, 66% em famílias com renda mensal até 2 salários mínimos e 85,6% eram usuários de drogas.

Segundo Fuchs (2004, *apud* Brasil 2006, p. 19) existem 1.260 adolescentes cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade, e destes 96,6% são do sexo masculino,

68,5% tem entre 15 e 17 anos e 62,4% são afrodescendentes. 58,7% estavam fora da escola antes de cometerem o ato infracional, 75,7% não trabalhavam, 70% se declaravam usuários de drogas e 87,2% viviam com a família antes do cumprimento da medida socioeducativa.

O *Levantamento estatístico* da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (Murad, 2004) identificou que existiam no Brasil cerca de 39.578 adolescentes no sistema socioeducativo. Este quantitativo representava 0,2% (zero vírgula dois por cento) do total de adolescentes na idade de 12 a 18 anos existentes no Brasil [...]. Ainda em relação a esse levantamento estatístico, 70% (setenta por cento), ou seja, 27.763 do total de adolescentes no Sistema Socioeducativo se encontravam em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade). (BRASIL, 2006, p. 18)

Tabela 8. Número de adolescentes no Sistema Socioeducativo – por modalidade de atendimento, capacidade.

Modalidade de atendimento	Capacidade	Nº de adolescentes	Déficit de vagas*
Internação provisória	1.319	2.807	- 1.488
Internação	8.092	9.591	-1.499
Semiliberdade	1.788	1.091	697

Fonte: Brasil (2006, p. 20), disponível em <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/Guia-MedidasSocioeducativas.pdf>

Ainda de acordo com Brasil (2006, p. 20):

Conforme os dados de Murad (2004), existiam 13.489 infanto-adolescentes privados de liberdade (internação provisória, internação e semiliberdade) e um *déficit* de vagas para a internação e internação provisória de 1499 e 1488, respectivamente [...]. Já a semiliberdade apresentava um excedente de vagas. Mesmo sabendo que na aplicação da medida socioeducativa se levará em conta a capacidade do adolescente cumprir a medida socioeducativa, as circunstâncias e a gravidade da infração. Ao se analisar esse dado referente à capacidade, verifica-se que 53% (cinquenta e três por cento) deste *déficit* da internação poderia ser resolvido com as vagas excedentes das Unidades de semiliberdade (Fuchs, 2004).

Segundo dados do UNICEF²¹, o país tem ainda o desafio de superar o uso excessivo de medidas de internação e de privação de liberdade para adolescentes em conflito com a lei. Em ambos os casos, cerca de dois terços dos internos são negros. Cerca de 30 mil adolescentes recebem medidas de privação de liberdade a cada ano, apesar de apenas 30% terem sido condenados por crimes violentos, para os quais a penalidade é amparada na lei.

De acordo com as medidas estabelecidas pelo artigo 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), as entidades que desenvolvem programas de internação têm critérios específicos a seguir, dentre os quais:

²¹ Disponível em <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>

IV – preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;

VII – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;

IX – oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;

X – propiciar escolarização e profissionalização;

XI – propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;

Entretanto, segundo Rocha (2002 apud Brasil 2006, p. 20), 71% das direções das entidades e/ou programas de atendimento socioeducativo de internação pesquisadas em 2002 afirmaram que o ambiente físico dessas Unidades não é inadequado.

As inadequações variavam desde a inexistência de espaços para atividades esportivas e de convivência, até as péssimas condições de manutenção e limpeza. Outras unidades, porém, mesmo dispondo de equipamentos para atividades coletivas, não eram utilizadas. Muitas unidades funcionavam em prédios adaptados e algumas eram antigas prisões. Varias dessas se encontravam com problemas de superlotação com registro de até cinco adolescentes em quartos que possuíam capacidade individual e os quartos coletivos abrigavam até o dobro de sua capacidade.

Soares (2004, p. 144) afirma que “quando seria necessário reforçar a autoestima dos jovens transgressores no processo de uma recuperação e mudança, as instituições jurídico-políticas os encaminham na direção contrária: punem, humilham e dizem a eles: ‘Vocês são o lixo da humanidade’”. Ainda acrescenta que

as instituições os condenam à morte simbólica e moral, na medida em que matam seu futuro, eliminando as chances de acolhimento, revalorização, mudança e recomeço. [...] A carreira do crime é uma parceria entre a disposição de alguém para transgredir as normas da sociedade e a disposição da sociedade para não permitir que essa pessoa desista. As instituições públicas são cúmplices da criminalização ao encetarem esta dinâmica mórbida, lançando ao fogo do inferno carcerário-punitivo os grupos e indivíduos mais vulneráveis – mais vulneráveis dos pontos de vista social, econômico, cultural e psicológico (SOARES, 2004, p. 145).

Essa realidade comprova o quão pouco respeitado tem sido ECA (1990) que representa grande avanço por ser a primeira legislação a compreender que:

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990, art. 3)

O adolescente em conflito com a lei tem sim, capacidade de ultrapassar a condição de socioeducando, pautado no entendimento de que a falta de estrutura econômica, cultural e afetiva adequada impele esses adolescentes ao ato infracional. A partir do momento em que um adolescente precisa recorrer à atividade ilícita para garantia de sua sobrevivência e/ou de sua família, ou mesmo em busca de visibilidade, para ser visto, a partir desse momento então, a sociedade falhou com esse adolescente. Então nesse entendimento, a sociedade tem o dever de reparar o seu erro garantindo um processo de socioeducação digna a esse adolescente, garantindo sua inserção decentemente na sociedade, através do acesso as necessidades básicas de manutenção da vida e garantindo que esse possa ultrapassar essa garantia básica, que tenha a possibilidade da escolha do que querer ser, de quem quiser ser. Rizzini (2008, p. 14) defende que:

Iniciativas concretas devem ser prioridade para a produção de uma cultura de paz e direitos humanos. Defendemos a produção de uma “contra-informação”, contrária à manipulação dominante, que conjugue dados históricos e atuais, veiculados em campanhas, *shows*, discussões e debates; utilizando amplamente a mídia, em forma de campanha de esclarecimento, tal como vêm sendo promovidas por Conselhos de diversas categorias profissionais. As capacitações para todos os envolvidos no universo sócio-educativo devem ser promovidas, garantindo o amplo acesso à informação e ao debate.

O Guia teórico e prático de medidas Socioeducativas²², desenvolvido pelo ILANUD – Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – Brasil – e UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância (Brasil, 2004) realizou um estudo sobre as instituições que desenvolvem atendimentos com os adolescentes em conflito com a lei, no período de setembro de 2003 e fevereiro de 2004.

Este guia destaca a importância da integralidade das políticas socioeducativas e demais políticas dirigidas a juventude, concomitante com a proposta de proteção integral evidenciada no ECA (1990). Desta forma, em sua pesquisa destacam-se instituições que atendam ao menos um aspecto positivo dentre os critérios elencados como fundamentais ao atendimento socioeducativo. Não significa que essas instituições apresentem experiências plenamente positivas, mas estão mais perto do ideal proposto pelo ECA (1990) no que tange ao atendimento de, no mínimo, um dos critérios instituídos.

Dentre esses, correspondente às medidas de internação, compreende-se como um importante aspecto a “incompletude institucional”, destacada na utilização de recursos

²² Disponível em:

<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/Guia-MedidasSocioeducativas.pdf>

comunitários e de políticas intersetoriais, realização de atividades externas, instrumentos de controle externos e mecanismos de participação da sociedade civil na gestão, bem como a estrutura da instituição e a questão da disciplina, através de regras claras e previamente conhecidas pelos adolescentes, programas de atendimento a egressos da instituição e aspectos relacionados à saúde dos jovens internados (BRASIL, 2004, p. 6).

Concernente à medida de semiliberdade, os critérios elencados implicam em utilização de mecanismos de co-gestão e também pela estrutura física da casa de semiliberdade. Segundo Brasil (2004, p. 7):

Infelizmente ela é dentre as medidas socioeducativas a de menor implementação e a que menos possui uma construção teórica e doutrinária. Além de pouca definição legal no Estatuto da Criança e do Adolescente, a medida encontra ainda outros entraves para sua efetiva operacionalização. Distorções nos programas de execução fazem da medida de semiliberdade um arremedo da internação ou até mesmo da medida protetiva de abrigo, nos casos de adolescentes sem qualquer respaldo familiar ou comunitário.

Com relação à medida de liberdade semiassistida os critérios consistem na qualidade das atividades oferecidas nos diferentes programas, com vistas à escolarização e a profissionalização, bem como atendimentos individuais, em grupo e familiares, e o papel do orientador, sua capacitação técnica e seu vínculo com o programa. Além de “recursos comunitários que favoreçam a convivência social e comunitária e a descoberta de novas possibilidades para o adolescente” (BRASIL, 2004, p. 6).

A medida de prestação serviços à comunidade consiste numa execução em meio aberto, portanto, “implica a organização de programas de execução no âmbito dos municípios”. Sendo observado o “papel do orientador, a verificação do efetivo benefício trazido à comunidade pelo serviço prestado, e da contribuição das atividades desenvolvidas para a profissionalização do adolescente”. Assim como a “prioridade da participação familiar no programa socioeducativo e a importância de não haver a exploração lucrativa do trabalho do socioeducando”.

Apresentando assim, um quadro otimista das possibilidades postas aos adolescentes, numa abordagem digna e qualitativa, para superação do conflito com a lei mediante o processo socioeducativo, respaldado numa representação do ideal proposto pela legislação de proteção integral. Tendo por princípio que “a política socioeducativa é apenas uma fatia dentre as demais ações políticas voltadas para a juventude em nosso país. Sua importância é evidenciada pela sua finalidade e natureza, também limitadas e restritas” (BRASIL, 2004, p. 11).

O novo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE (2013), que “é a expressão operacional dos marcos legais do Sistema Socioeducativo, traduzida por meio de uma matriz de responsabilidades e seus eixos de ação”. Esse plano foi construído:

com base no diagnóstico situacional do atendimento socioeducativo, nas propostas deliberadas na IX Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Plano Nacional de Direitos Humanos III – PNDH 3. São documentos ancorados à Constituição Federal, à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, às Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, às Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens com restrição de liberdade, ao ECA, à Resolução 119/2006 do CONANDA e à Lei Federal 12.594/2012.

Ainda de acordo com Brasil (2013, p. 7), o Plano Nacional do SINASE está organizado em quatro eixos, treze objetivos e setenta e três metas, distribuídas em três períodos:

- 1º Período (2014 – 2015): Dois anos (compreende as implantações sugeridas neste documento, formulação dos Planos Estaduais e Distrital do Plano Decenal, bem como a primeira avaliação nacional do SINASE).
- 2º Período (2016 – 2019): Quatro anos, em conformidade com os ciclos orçamentários federal, distrital e estadual.
- 3º Período (2020 – 2023): Quatro anos, em conformidade com os ciclos orçamentários federal, distrital e estadual.

Portanto, o “monitoramento será contínuo e ocorrerá ao final de cada um destes períodos, objetivando avaliar e corrigir o processo”. Numa compreensão de que o processo de socioeducação é fundamental e sabendo da “dívida” que o país tem com as crianças e adolescentes do Brasil, “este Plano é um passo adiante dos novos marcos regulatórios e deve produzir efeitos no atendimento a adolescentes autores de ato infracional e às suas famílias, criando oportunidades de construção de projetos de autonomia e emancipação cidadã”.

O Serviço Social, enquanto categoria profissional, também entende que a demanda do adolescente em conflito com a lei é muito mais ampla, advinda de um grande período histórico extenso, conforme já evidenciado nesse estudo. Não com intento de justificar ou estimular práticas infracionais, mas entendendo que esse adolescente é um ser em formação, dotados de direitos que vêm sendo há muito negligenciados, repudia-se as propostas de redução da maioridade penal. Segundo Soares (2004, p. 144), “uma pessoa pode mudar não porque seja fundamentalmente má, mas porque é fundamentalmente boa – por isso tem

coragem para ousar a mudança, tem valor suficiente para essa audácia suprema, tem por que lutar”.

Dessa forma, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na gestão de 2011/2014, representando mais de 120 mil assistentes sociais em todo o Brasil lançou uma Carta de Repúdio²³ a PEC 33/2012, no entendimento de que essa proposta contraria “todas as conquistas ético-políticas e legislativas que a sociedade brasileira alcançou, consoantes com os princípios constitucionais”, na crença de que:

O encarceramento de adolescentes, proposto pela PEC, no lugar do cumprimento de medidas socioeducativas e de efetivação das políticas sociais, como afirma o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), representa um retrocesso na garantia de direitos humanos e se associa ao processo de criminalização desses jovens, sobretudo, dos pobres.

Dessa forma, é um consenso profissional que “o endurecimento da legislação para adolescentes em conflito com a lei é uma saída enganosa para uma questão complexa, e projetos dessa natureza atualizam e reforçam medidas que criminalizam em vez de garantir direitos”. Apesar de consistir num processo mais extenso e trabalhoso, investir na proposta de efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, conforme iniciativa da Constituição Cidadã de 1988, é de fato, a melhor e mais justa forma de lidar com a exposição à violência a que estão submetidos os adolescentes do país. E essa é uma luta de todos, que propiciemos a criação e educação de pessoas melhores para o mundo, na crença de que todos os seres humanos são fundamentalmente capazes de se superar e de superar as adversidades, quando verdadeira e positivamente estimulados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso investigativo desse estudo observou-se que a redução da maioridade penal tem se tornado um verdadeiro tabu na sociedade brasileira. A cada dia se propagam mais informações deturpadas e sensacionalistas que colocam os adolescentes como os grandes culpados pela violência social.

De fato, se fosse realizada pesquisa de opinião pública sobre a redução da maioridade penal, possivelmente, grande parte da sociedade se manifestaria a favor dessa redução, talvez resultando até num consenso da população. Realidade assustadora, já que conforme dados disponibilizados nesse estudo, os adolescentes têm sido cada vez mais vitimizados e essa

²³ Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/notarepudio_pec.pdf

problemática não tem tido o mesmo apelo midiático, estando fora do enfoque de discussão que forma a opinião popular.

Muito possivelmente pela falta de conhecimento da Legislação de proteção integral à criança e adolescente que prevê medidas socioeducativas, a sociedade de maneira geral, assim como os legisladores autores das PECs analisadas nesse estudo, associam erroneamente a inimputabilidade à impunidade, requerendo uma punição mais brusca, ao invés de buscar ações preventivas através da melhoria das condições de vida para famílias em situação de vulnerabilidade social, que por consequência estão mais expostas a situações de violência.

Essa preocupante realidade dissemina a necessidade de mais discussões sobre a temática, para o efetivo impedimento desse sistema injusto e excludente, que transforma os adolescentes em conflito com a lei no “lixo da sociedade”. Toda vida é insubstituível e passível de recuperação, então não faz sentido desistir das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Note-se a inclusão das crianças nesse contexto, porque muitos legisladores já utilizam como justificativa a imputabilidade penal de outros países de até 7 ou 9 anos de idade. Destacam que hoje essa redução não seria pertinente à realidade social do país, mas cabe questionar quando seria. São de conhecimento geral as atrocidades políticas cometidas no Brasil que difundem a necessidade de atenção às possibilidades ainda por vir.

Destacando a realidade histórica do país, percebe-se que pouco se avançou no que concerne à garantia de melhores condições de vida e garantia de direitos das crianças e adolescentes, como se a história se repetisse a todo o momento – muito se caminha e muito pouco se evolui.

Portanto esse estudo teve como finalidade contribuir para reflexões sobre a temática da redução da maioridade penal, a fim de propor futuras análises contra as propostas de redução da maioridade penal.

Esta consiste numa temática instigante, que torna desafiador apontar aspectos que suscitem novas reflexões. As políticas de atenção à família, bem como à criança e ao adolescente são desenvolvidas, ainda, de forma fragmentada e sem continuidade. Ao mesmo tempo “a função disciplinadora e punitiva da sociedade difundida por grupos conservadores se opõe e faz restrições a direitos consagrados pelas legislações em vigência” (MOREIRA, 2011, p. 164).

Ao propor o rebaixamento da idade penal diferente do previsto na Constituição Federal os legisladores desconsideram que a fixação da idade máxima de dezoito anos para a inimputabilidade penal é uma opção política do Brasil. Esta opção se deu diante a partir de análises e estudos por parte de organismos internacionais e nacionais na garantia que confere, à criança e ao adolescente, tratamento

diferenciado, a fim de respeitar as etapas do desenvolvimento e os direitos que lhes são devidos (MOREIRA, 2011, p. 165).

Este estudo conseguiu corresponder aos objetivos propostos, mas muito ainda há que se avançar nessa discussão e na busca por construção de conhecimentos visando garantias efetivas de direitos aos adolescentes e superação da lógica punitiva que há muito vem sendo empregada no trato com adolescentes em conflito com a lei.

Uma dificuldade na abordagem dessa temática consistiu na delimitação dos motivadores dos adolescentes em conflito com a lei, incluindo a esses motivadores a problemática das drogas, com enfoque maior para cooptação do tráfico associado à vulnerabilidade social de crianças e adolescentes de comunidades empobrecidas.

Seria interessante a disponibilidade de tempo para análise do currículo dos legisladores que se apresentam de forma tão idônea em suas PECs. A fim de possibilitar a compreensão dos valores que os levam a crer na necessidade de investimento em punição ao invés do investimento da socioeducação desses adolescentes. Além da compreensão de até que ponto esse interesse consiste em partidário ou pessoal.

Mas, sem dúvidas, a maior dificuldade encontrada para elaboração desse estudo consistiu na escassez de publicações referentes a essa temática. Não há publicações sobre o tema da redução da maioridade penal nos principais periódicos do Serviço Social, as revistas *Katálisis* e *Serviço Social e Sociedade*. Sendo as principais referências de pesquisa nessa temática, encontradas em teses de mestrado elaboradas na presente instituição de ensino.

Contrariando o ideal de redução da maioridade penal, um objeto de estudo contundente consistiria na análise dos programas socioeducativos vigentes de acordo com a proposta do SINASE e do Plano Nacional do SINASE (2013) para possibilitar, de maneira crítica, um processo de construção de conhecimento que possa embasar e fundamentar futuras ações e políticas para a adolescência com exemplos claros de que a socioeducação, quando aplicada correta e responsavelmente, com vistas à efetivação de direitos, não de forma punitiva, promove a recuperação e mudança da realidade dos adolescentes em conflito com a lei.

Moreira (2011, p. 170) afirma que:

Para o Conjunto CFESS/CRESS a luta da categoria deve ser constante pela ampliação dos espaços de participação política do Serviço Social a fim de subsidiar as discussões e a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Através da manifestação e pareceres referentes ao tema, acompanhamento dos projetos em tramitação no Congresso Nacional e de assuntos que impliquem na garantia ou

violação de direitos. Dentre estes está o tema do rebaixamento da idade penal de adolescentes.

Assim, fica muito claro a necessidade de problematização da temática da redução da maioridade penal para a profissão do Serviço Social, mediante discussões em fóruns, comissões, câmaras ou grupos de trabalho, sempre na defesa integral da garantia da prioridade absoluta de proteção a este segmento, a partir da dimensão ética e do compromisso que o Serviço Social adquire na defesa intransigente dos direitos, da equidade e da justiça social, no entendimento que a redução da maioridade penal representa um grande retrocesso nas conquistas da legislação estatutária.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico:** elaboração de trabalhos na graduação / Maria Margarida de Andrade. 5ª ed. - São Paulo: Atlas, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2a. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** – 1988.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei nº 8069, de 16 de julho de 1990.

BRASIL, **Lei de Regulamentação da Profissão**, nº. 8.662 de 07 de junho, Brasília, 1993.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. Estatística. I. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **O Brasil em Números**. Rio de Janeiro, v. 21, p. 1-392, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo**: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

BRASIL. Estatística. I. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet/>

BRASIL. Governo Federal - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Assistência Social - **Percepção sobre pobreza: causas e soluções**. Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

BRASIL. Violência contra a criança e o adolescente: proposta preliminar de prevenção e assistência á violência doméstica. – Brasília: MS, SASA, 1997.

BRASIL. **População jovem no Brasil** / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. Texto em versão revista e ampliada dos artigos: “As Políticas de Seguridade Social Saúde”. In: *CFESS/ CEAD. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo III: Política Social*. Brasília: UnB- CEAD/ CFESS, 2000 e “A Política de Saúde no Brasil: trajetória histórica”. In: *Capacitação para Conselheiros de Saúde - textos de apoio*. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/NAPE, 2001.

CALHEIROS, Manuela; MONTEIRO, Maria Benedicta. Mau trato e negligência parental: contributos para a definição social dos conceitos. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, nº. 34, dez. 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000300007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 jul. 2014.

CFESS, **CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL**, Resolução nº. 273 de 13 de março de 1993.

CHAUÍ, Marilena. Ética e Violência no Brasil. Artigo. In: Revista BioEthicos. Centro Universitário São Camilo, 2011. p. 378-383.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

_____. **Crianças e adolescentes: absoluta prioridade?** In.: Revista Katálisis. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. N. 2. 1998.

CUNHA, Paula Inez; ROPELATO, Raphaella and ALVES, Marina Pires. **A redução da maioria penal: questões teóricas e empíricas**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2006, vol.26, n.4, pp. 646-659.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Processo Político no Brasil. In: **A Arte de Governar Crianças: A história das políticas sociais, de legislação e de assistência à infância no Brasil**/organizadores Francisco Pilotti, Irene Rizzini. Ed. Universitária santa Úrsula, 1995.

_____. Família e Políticas Sociais. In BOSCHETTI, I.; BHERING, E.R.; SANTOS, S.M.M.; MIOTO, R.C.T. **Política Social no Capitalismo: Tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez Editora/CAPES, 2008.

FERREIRA, Hamilton Almeida. **Dominação Política: Liderança Carismática e Populismo. Um Estudo sobre a Dominação e a Transição do Poder Político em Montes Claros na Década de 80**. [dissertação] / Hamilton Almeida Ferreira; orientadora Profª Dra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira. - Florianópolis, SC, 2001.

_____. Globalização Neoliberal, Direitos Humanos e a Violência na Realidade Contemporânea. **DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: Polêmicas, Debates e Embates**. Valeria Forti E Cristina M. Brites (org.) Coletânea nova de Serviço Social. 3 ed. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2013.

GOLDSTEIN, Joseph. FREUD, Anna. SOLNIT, Albert J. No Interesse da Criança? 1ª ed. brasileira, Editora Martins Fontes. São Paulo: 1987.

GUEIROS, D. A. **Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar**. Serviço Social e Sociedade, nº 71, p. 102-121. São Paulo: Cortez, 2002.

LONDOÑO, F. A origem do conceito menor. In: PRIORE, M. (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

MENEZES, Franciane Cristina de. O Serviço Social e a "responsabilidade social das empresas": o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 103, set. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000300006>.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento** . *Serv. Soc. Soc.*, Jun 2012, nº.110, p.270-287.

MONTENEGRO, Pedro. **Redução da idade penal: 'pérola' do populismo penal**. Artigo Revista Carta Capital, 2012. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/reducao-da-idade-penal-e-a-perola-do-popularismo-penal/>

MOREIRA, Ivana Aparecida Weissbach. **As propostas de rebaixamento da idade penal de adolescentes no Brasil e o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS** [dissertação] / Ivana Aparecida Weissbach Moreira; orientadora, Marli Palma Souza. - Florianópolis, SC, 2011.

_____. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. et. al. (orgs.) **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Elias de Sousa. **Controle Social: Tensões entre o Conselho de Assistência Social e o Governo Municipal de Foz do Iguaçu no processo de gestão da Política de Assistência Social no período de 2005-2008**. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado) –

Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PASSETTI, E. O menor no Brasil Republicano. In: **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PECs disponíveis em www.camara.gov.br / www.senado.gov.br

REIS, J.R.T. **Família, emoção e ideologia**. In: LANE, S. e CODO, W. Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RIZZINI, Irene. O “Novo Código de Menores” de 1979 – Do “Menor em Situação Irregular”. In: PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

RIZZINI, Irene; ZAMORA, Maria Helena; KLEIN, Alejandro. **O Adolescente em Contexto**. Disponível em:

http://www.ciespi.org.br/publicacoes/artigos?task=download&file=artigo_pdf&id=421

SARTI, C.A. **Famílias enredadas**. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, PUC/SP, 2005.

SEGALIN, Andreia. **Respostas Sócio-Políticas ao Conflito com a Lei na Adolescência: Discursos dos Operadores do Sistema Socioeducativo**. [dissertação] / Andreia Segalin; orientadora Marli Palma Souza. - Florianópolis, SC, 2008.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Alguns apontamentos sobre a intervenção profissional do assistente social na área da violência urbana**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, dez, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. **Juventude e violência no Brasil contemporâneo**. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Instituto de Cidadania, 2004.

SOUZA, Ismael F. de; SOUZA, Marli P. **O Conselho Tutelar e a erradicação do trabalho infantil**. Criciúma: Ed. UNESC, 2010.

SPOSATO, Karyna Batista (org.) **GUIA TEÓRICO E PRÁTICO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – Brasil, 2004.

Dados d UNICEF disponíveis em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**: crianças e adolescentes do Brasil. FLACSO Brasil: Área de Estudos sobre a Violência. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA). 1ª ed. - Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceosp/artigos/MapaViolencia_2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa a Violência 2013**: Homicídios e Juventude no Brasil. FLACSO Brasil: Área de Estudos sobre a Violência. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA). Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf